

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE CACOAL
Departamento do Curso de Direito

**Ineficácia da legislação eleitoral na garantia da legitimidade e
representatividade democráticas – uma luz sobre o processo
eleitoral em cacoal**

Credival Silva Carvalho

Cacoal – Ro
2007

CREDIVAL SILVA CARVALHO

**INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL NA GARANTIA DA
LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICAS – UMA
LUZ SOBRE O PROCESSO ELEITORAL EM CACOAL**

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado à Universidade Federal de
Rondônia, *Campus* de Cacoal, como
requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel em Direito, sob orientação do
professor especialista Silvério dos Santos
Oliveira.

**Cacoal – Ro
2007**

CARVALHO, C.S.

Ineficácia da Legislação Eleitoral na Garantia da Legitimidade e representatividade Democráticas – Uma luz Sobre o Processo Eleitoral em Cacoal – 2007
VIII,78f.,enc.;30 cm.

Monografia – Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus Cacoal*, 2007.
Bibliografia: f.71-78

I – Título

PARECER DE ADMISSIBILIDADE

O Acadêmico **Credival Silva Carvalho** desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL NA GARANTIA DA LEGITIMIDADE E REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICAS – UMA LUZ SOBRE O PROCESSO ELEITORAL EM CACOAL**, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento de Direito da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *campus* de Cacoal/RO.

O acompanhamento foi efetivo, observou-se no desenvolvimento do trabalho, o cumprimento de todos os prazos fixados pelo Departamento de Direito.

Assim sendo, o acadêmico está apto para a apresentação expositiva de sua monografia junto à Banca examinadora.

Cacoal, RO, 24 de Setembro de 2007.

Professor Esp. Silvério dos Santos Oliveira.

CREDIVAL SILVA CARVALHO

INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL NA GARANTIA DA LEGITIMIDADE E
REPRESENTATIVIDADE DEMOCRÁTICAS – UMA LUZ SOBRE O PROCESSO
ELEITORAL EM CACOAL

AVALIADORES

<hr/>	-	<hr/>
Prof. Especialista Silvério dos Santos Oliveira – UNIR		NOTA

<hr/>	-	<hr/>
Prof.Ms Maria Priscila Soares Berro – UNIR		NOTA

<hr/>	-	<hr/>
Prof. Especialista Fábio Henrique Martins Silva – UNIR		NOTA

Média

Cacoal-RO
2007

Tu és digno Senhor e Deus
nosso, de receber a glória, a honra e o poder,
porque todas as coisas Tu criaste, sim, por Tua
causa vieram a existir e foram criadas. Assim, ao
Rei Eterno, imortal, invisível, Deus único, glória,
honra e poder pelos séculos dos séculos, Amém!
I Timóteo e Apocalipse.

Agradeço à Raquel, minha esposa, que depois de mais de trinta anos de vida conjugal continua a ser a criatura mais maravilhosa que alguém pode conhecer:

Aos meus familiares, especialmente os que compartilharam meu dia a dia, que foram estímulo e ajuda imprescindível na realização desta tarefa:

Aos professores Silvério e Fábio Henrique que durante o curso sempre foram incentivadores e amigos:

Ao corpo docente da UNIR, Cacoal, que sempre foi solidário e compreensivo, nas minhas limitações;

Aos meus colegas – amigos – de turma que me ensinaram que a amizade não tem limites;

Aos funcionários, pelo carinho a nós demonstrado.

O temor do Senhor é o princípio da Sabedoria. Confia no Senhor de todo o teu coração e não te estribes em teu próprio entendimento. Reconhece-o em todos os teus caminhos, e ele endireitará as tuas veredas. Não sejas sábio aos teus próprios olhos; teme ao Senhor e aparta-te do mal. Isto será saúde para o teu corpo e refrigério para os teus ossos. Honra ao Senhor com os teus bens e com as primícias de toda a tua renda e se encherão fartamente os teus celeiros e transbordarão de vinho os teus lagares. Filho meu, não rejeites a disciplina do Senhor nem te enfades de Sua repreensão, porque o Senhor repreende a quem ama, assim como o pai, ao filho a quem quer bem. Feliz é o homem que acha a Sabedoria e que entrega ao Senhor o seu coração.

Provérbios de Salomão

RESUMO

CARVALHO. Credival Silva. Ineficácia da Legislação Eleitoral na Garantia da Legitimidade e Representatividade Democráticas – Uma Luz Sobre o Processo Eleitoral em Cacoal. Trabalho de conclusão de curso. Fundação Universidade Federal de Rondônia – *Campus de Cacoal*, 2007.

Este trabalho monográfico objetiva demonstrar, por meio do estudo sucinto da legislação eleitoral em vigor, que o sistema eleitoral brasileiro está estruturalmente comprometido e os direitos eleitoral e processual eleitoral não têm sido eficazes na coibição dos ilícitos eleitorais, permitindo que se configurem fraudes e que se mantenham as condições de aparente legalidade, as quais ferem os princípios da legitimidade e representatividade democráticas. Procura ainda demonstrar que, mesmo na ocorrência de reformas na legislação eleitoral, a coibição da corrupção político-eleitoral é dever inalienável do cidadão e prática compulsória da sociedade, sem os quais é impossível aspirar a consecução da justiça social.

Palavras-Chave: Democracia. Legitimidade. Representatividade. Sistema Político Eleitoral. Corrupção Eleitoral.

ABSTRACT

CARVALHO. Credival Silva. Ineffectiveness of the Electoral Legislation in the guarantee of the legitimacy and representativeness democratic - A Light on the Electoral Process in Cacoal – Rondônia. Paper of Conclusion of Course. Foundation Federal University of Rondônia – Campus of Cacoal, 2007.

This monographic paper aims to demonstrate, through the succinct study of the electoral legislation in force that the electoral Brazilian system is structurally busily and the electoral and processual rights electoral have not been efficient in the restraint of the illicit electoral, allowing that frauds are shaped and that maintain the conditions of apparent legality, which injure the beginnings of the legitimacy and representativeness democratic. It tries still to demonstrate that even in the incident of reforms in the electoral legislation the restraint of the corruption electoral-political is an inalienable duty of the citizen.

Key-words: Democracy. Legitimacy. Representativeness. Political Electoral System. Electoral Corruption.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 RESUMO HISTÓRICO DAS ELEIÇÕES NO BRASIL.....	17
2.1 DO DESCOBRIMENTO À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA.....	17
2.2 DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ATÉ À REVOLUÇÃO DE 1930.....	18
2.3 DA REVOLUÇÃO DE 1930 ATÉ À DITADURA MILITAR.....	19
2.4 DA DITADURA MILITAR À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ.....	20
2.5 UM NOVO TEMPO – RETORNO À DEMOCRACIA.....	21
3 A DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	23
3.1 BASES TEÓRICAS DO REGIME DEMOCRÁTICO.....	23
3.2 FALÊNCIA DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS REPRESENTATIVOS.....	25
3.3 SOBERANIA POPULAR NA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	26
3.4 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA – LEGALIDADE PROCESSUAL.....	28
3.4.1 Avaliação da Situação Nacional.....	28
3.4.1.1 Crise de Representatividade/Crise na Democracia.....	28
3.4.1.2 Legalidade do Processo Eleitoral.....	29
3.4.2 Sistema Eleitoral e Voto Consciente – Pilares da Democracia Participativa....	30
3.4.3 Cidadania, Consciência Política e Motivação Eleitoral.....	32
4 DEMOCRACIA REPRESENTATIVA E CORRUPÇÃO ELEITORAL – CAUSAS FORMAS E CONSEQÜÊNCIAS.....	36
4.1 A CULTURA DA VANTAGEM.....	36
4.2 IMPORTÂNCIA E CAUSAS DA CORRUPÇÃO ELEITORAL.....	39

5 LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS DE NORMALIDADE E LEGITIMIDADE DAS ELEIÇÕES.....	42
5.1 ILICITUDES ELEITORAIS.....	42
5.2 LEGISLAÇÃO ELEITORAL.....	44
5.3 INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL.....	46
5.4 CAUSAS DETERMINANTES DA INEFICÁCIA.....	48
5.4.1 Causas Derivadas das Próprias Leis.....	48
5.4.2 Causas Derivadas do Sistema Político-Partidário.....	48
5.4.3 Causas Derivadas do Desempenho do Sistema Judiciário Penal.....	49
5.4.4 Causas Derivadas da Corrupção Político-Eleitoral.....	50
5.4.5 Causas Derivadas do “Marketing” Eleitoral.....	52
 6 CONSEQÜÊNCIAS DA INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL NA VIDA DO PAÍS.....	54
6.1 O VOTO CERTO.....	54
6.2 CONSEQÜÊNCIAS DA INEFICIÊNCIA/ILEGALIDADE DO PROCESSO ELEITORAL.....	54
 7 SITUAÇÃO EM CACOAL.....	56
7.1 EM RELAÇÃO AO INTERESSE DAS PESSOAS EM PARTICIPAR DA ATIVIDADE POLÍTICO-PARTIDÁRIA.....	56
7.2 EM RELAÇÃO À SIMPATIA PARTIDÁRIA E VOTO.....	57
7.3 EM RELAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL.....	57
 8 MOTIVAÇÃO PARA O VOTO.....	59
8.1 A PERSONALIZAÇÃO DO VOTO.....	59
8.2 A POLÍTICA DOS CABOS ELEITORAIS E A DITADURA MIDIÁTICA.....	60
8.3 EFEITOS DA IMPUNIDADE.....	61
8.4 REFORMA ELEITORAL E IMPUNIDADE.....	64
 9 CONCLUSÃO.....	67
 REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Uma expressão atribuída ao Presidente Abraham Lincoln, dos Estados Unidos da América, dá a democracia como o “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Isto significa que a concepção de representação democrática mencionada nesta definição, separa a sociedade do Estado; estabelece o Estado à serviço da sociedade na consecução do bem comum; torna dinâmica essa relação sociedade-Estado, mediante um processo que não é de mera delegação contratual, nem de nomeação substitutiva, mas de representação legítima e derivada dessa mesma sociedade.

A Constituição Federal Brasileira é, na sua essência, uma formulação democrática – fundamentando-se na garantia, pelo Estado Democrático, de desenvolvimento pleno dos direitos e deveres inerentes à liberdade de cada pessoa e à construção de uma sociedade fraterna, equânime, justa e autônoma.

Entretanto, mesmo sendo o Brasil constitucionalmente uma democracia, não tem o seu povo experimentando todas as prerrogativas pertinentes ao gozo da plenitude da cidadania. Na grande parte das vezes, o que determina essa discrepância entre o ideal e o real, entre outros fatores, é a não participação política efetiva da nossa sociedade.

Sobejamente conhecidos, mundialmente divulgados, escândalos políticos têm feito parte da história do Brasil e, embora não seja característica exclusivamente sua, têm marcado negativamente a imagem do país diante da comunidade internacional. Muito mais grave, porém, é o efeito desse tipo de corrupção – a corrupção eleitoral – no impedimento de uma legítima representação popular (titular da plenitude dos “seus” direitos).

Corolário direto desse fato, é o exercício do poder por grupos “oligárquicos” que defendem interesses próprios, que criam mecanismos que facilitam a manipulação da população, que se perpetuam no poder e, no mínimo, distorcem a manifestação da legitimidade da representação, atuando fraudulentamente.

A consequência da não participação política efetiva da população se reflete, entretanto, muito mais claramente, no processo eleitoral, que é tido como um legítimo instrumento de realização da democracia. A corrupção e as deformações desse processo têm permitido distorções mais ou menos graves, todas elas constituintes de um modelo ilegítimo e não representativo de democracia, porque não harmônicos com a expressão da vontade livre da sociedade, em razão de manipulações políticas, econômicas, sociais e da informação.

Por outro lado, é possível constatar, pelo volume de registros e de informações não oficiais, que uma expressiva parcela da população tem aderido à prática de utilizar o voto individual como instrumento de troca – moeda corrente no período eleitoral – para conseguir a realização de interesses pessoais, familiares e, às vezes, até comunitários. Na maioria das vezes, apenas uma imediatista, egocêntrica e estúpida transação – a troca pura e simples por um favor ou por alguns reais.

Esta situação, em que pese a plena vigência da legislação eleitoral nacional, tem sido confirmada, em cada pleito, como uma prática universal quase que “institucionalizada”, cada vez mais intensa e com cada vez maior participação da população, refletindo o pequeno grau de consciência política e de cidadania do povo brasileiro bem como o interesse da “classe política” em manter-se a qualquer preço nos cargos públicos legislativos ou executivos, na defesa de interesses particulares – sejam eles pessoais ou de grupos.

Seriam a legislação eleitoral atual e a Justiça Eleitoral efetivas, independentes e capazes de garantir a lisura do processo eleitoral, de modo que o resultado das urnas representasse de fato, a legítima expressão da vontade popular?

Em contrapartida, a consciência política do povo brasileiro e o seu exercício de cidadania, nos moldes atuais, são capazes de garantir a não negociação do voto e o compromisso moral de denunciar as tentativas de captação de sufrágio?

Estaria o Poder Judiciário livre de qualquer influência e apto a, legitimamente acionado, aplicar imparcialmente a lei?

É possível detectar abuso econômico, utilização indevida da administração, estelionatos eleitoral e moral, financiamento ilegal de campanhas, exploração manipuladora do “marketing eleitoral”, o assistencialismo e o clientelismo – como formas praticadas atualmente de corrupção eleitoral?

Que tipos de ações, estratégias e programas devem ser utilizados no combate à corrupção do processo eleitoral e como atingir ao próprio eleitor que, em grande proporção, é igualmente corrupto?

Estas questões merecem cuidadoso estudo e têm respostas que envolvem o tratamento de complexos problemas estruturais, conjunturais e comportamentais da sociedade brasileira e que não podem ser adequadamente abordados neste estudo cujo objetivo é avaliar a legitimidade/representatividade do processo político-eleitoral considerando a situação em Cacoal, dentro do contexto nacional.

A realização deste trabalho se justifica pelas razões que se seguem:

Pesquisa bibliográfica extensa tem revelado que o país tem percorrido caminhos marcados, negativamente, pela corrupção em todos os níveis e em todas as áreas da vida nacional.

No afã de manter domínio hegemônico do poder, os grupos que se alternam na luta pelo topo praticam, estimulam e financiam todo o tipo de ações fraudulentas.

O fenômeno da corrupção eleitoral tem se tornado relevante, atingindo todas as comunidades, desde o menor município até o próprio governo federal, seja para garantir resultados, ou para eleger “pessoas chaves”, seja para constituir maiorias que vão interferir positiva ou negativamente, na governabilidade.

As dificuldades de identificação dos que praticam corrupção ou comandam as práticas corrompedoras, levam à conseqüente dificuldade de aplicação da justiça, garantem graus diversos de sua punição ou impunidade, e por vezes, pelo retardo na sua consecução, terminam por estimular a perpetuação de novas ações ilegais.

A quase sempre escondida participação ativa do próprio eleitor tem sido esquecida na avaliação e tratamento desse assunto.

A proposta deste trabalho é discutir as evidências de possíveis falhas da legislação eleitoral ou de sua aplicação inadequada, que contribuem para um controle ineficaz, ou inexistente, dos fenômenos sociais peri-eleitorais, que venham ferir os princípios democráticos da legitimidade e representatividade da expressa vontade popular.

Deverá também sugerir o estabelecimento de medidas que efetivem mecanismos de conscientização política e desenvolvimento da cidadania, garantias de participação democrática e controle social eficiente do processo eleitoral, pela população.

Em um país com tantas disparidades sociais e econômicas, com uma expressiva camada da população vivendo abaixo dos limites da “linha da pobreza”; com problemas graves nas áreas de saúde, educação, segurança e outras políticas públicas de desenvolvimento social, com altíssimos índices de violência urbana; com baixo percentual de investimentos públicos destinados a essas áreas mencionadas, torna-se dever imperativo de cidadania daqueles que têm o privilégio de ver mais amplamente a realidade nacional, lutar para que o sistema político-partidário eleitoral e tudo que o envolve, não destruam, literalmente, recursos que deveriam compor dotações orçamentárias das áreas essenciais.

De acordo com a Constituição da República, as mais legítimas armas do cidadão são seu voto – direito individual e intransferível do exercício da cidadania – e o seu direito à livre associação e à organização social, essenciais à defesa dos valores da pessoa e da sociedade.

2 RESUMO HISTÓRICO DAS ELEIÇÕES NO BRASIL

2.1 DO DESCOBRIMENTO À PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

A chegada dos colonizadores, logo após o descobrimento do Brasil, trouxe também costumes, práticas e tradições da terra portuguesa e, com os primeiros núcleos urbanos surgidos, já se realizavam eleições – votações para escolher os que administrariam tais povoados.

Fazia parte da prática dos desbravadores estabelecer-se em um determinado local e, somente após a eleição do guarda-mor regente, representando os interesses da coroa portuguesa e guardião da lei e da ordem, fundar os povoados e as cidades.

Parece ter sido em 1532 a eleição que escolheu o Conselho Municipal da Vila de São Vicente, em São Paulo, e esta é também a primeira da qual se tem notícia.

O crescimento populacional e econômico do país foi tornando necessária a organização das cidades e as demandas da nova colônia precisavam de representação junto à Corte. Efetiva representação popular só foi escolhida em 1821. Deputados foram eleitos em um processo que durou meses e que não chegou à consecução final em algumas províncias.

As eleições para governos locais eram regidas pelas Ordenações do Reino, emanadas da Coroa, e o processo, que se fundamentava no voto direto e livre, permitia o voto de toda a população.

Com o tempo e aumento da complexidade logística, as eleições foram se tornando restritas, até se tornarem direito exclusivo dos que detinham poder econômico, que fossem maiores de 25 anos, excluídos os escravos, os índios, as mulheres, os assalariados.

O sistema eleitoral para a escolha dos deputados chegou a ser realizado em quatro etapas ou graus diferentes. Primeiro, ocorria a escolha dos “eleitores”. Os

cidadãos das províncias votavam em concidadãos que, eleitos, se chamavam “compromissários”. Estes elegiam, em 2ª etapa, os eleitores de paróquia, os quais escolhiam os eleitores de comarca. Finalmente estes, reunidos em uma 4ª etapa, elegiam os deputados.

Posteriormente, houve simplificação do sistema para ser realizado em dois graus, permanecendo assim até que a Lei Saraiva (1881) introduziu eleições diretas, em todo o país.

2.2 DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA ATÉ A REVOLUÇÃO DE 1930

Proclamada a República a legislação eleitoral brasileira, sob influência americana, sofreu alterações: eliminou-se o “censo pecuniário” ou “voto censitário”, criou-se o sistema presidencialista com eleição pelo voto direto, em todo o país e por maioria absoluta de votos, regulamentando-se, via Congresso Nacional, o processo eleitoral constitucional.

Considerada a primeira lei eleitoral da República, o Decreto 200-A tratava, especificamente, da qualificação dos eleitores.

Durante a República Velha, o sistema eleitoral permitia ao governo o controle geral da situação política no País. Por meio dos governadores, o presidente controlava as eleições nos Estados e estes apoiavam o candidato presidencial ao governo da República. Os “coronéis” exerciam domínio político-econômico, controlando o voto e fiscalizando os processos eleitorais que elegiam os candidatos oficiais.

A Comissão de Verificação de Poderes do Congresso era responsável pelo resultado final das eleições e diplomação dos eleitos, instância que representava o crivo final numa sistemática que terminava com qualquer tipo de oposição.

Wenceslau Brás, em 1916, sancionou a Lei 3.139 que entregou ao Poder Judiciário a tarefa de preparar o alistamento eleitoral e executar as leis eleitorais. Para muitos, aqui se plantou a semente da criação posterior da Justiça Eleitoral, em 1932.

2.3 DA REVOLUÇÃO DE 1930 ATÉ À DITADURA MILITAR

Um dos princípios da Revolução de 1930 era a moralização eleitoral e o governo provisório criou uma comissão para fazer a reforma da legislação eleitoral que resultou no primeiro Código Eleitoral do Brasil.

O código, em 1932, estabeleceu a Justiça Eleitoral atribuindo-lhe a responsabilidade por toda a realização do processo eleitoral e regulamentação de eleições federais, estaduais e municipais.

O código ainda introduziu o voto secreto, o voto feminino, o sistema de representação proporcional em dois turnos simultâneos, fez menção da organização e criação de partidos e antecipou a idéia da “máquina de votar”, concretizada na década de 90 (urna eletrônica).

A Revolução Constitucionalista de 1932, por meio do decreto 22.621/1933 convocou Assembléia Nacional Constituinte que, além dos deputados eleitos de conformidade com a legislação vigente (Código Eleitoral), criou a representação classista – 40 deputados eleitos por sindicatos, associações de profissionais liberais e de funcionários públicos.

A legislação de 1934 trouxe outros avanços como o sufrágio profissional, recusado pela Justiça Eleitoral. Nessa época Getúlio Vargas foi eleito, de modo indireto, Presidente da República.

A Justiça Eleitoral foi extinta em 1937 pela nova ordem estabelecida, baseada em uma constituição conhecida como “polaca”, a qual também aboliu os partidos políticos e suspendeu eleições livres. Criou o instituto da eleição indireta para Presidente com mandato de seis anos.

O Estado Novo, apoiado por setores sociais conservadores, sofreu oposição de estudantes, intelectuais, empresários e religiosos. Em 1945 após anunciar eleições gerais para a presidência da república Getúlio Vargas indica seu sucessor – General Eurico Gaspar Dutra. Os ministros militares, em 29 de Outubro de 1945, destituem o presidente e entregam o cargo ao Presidente do STF/TSE José Linhares, até a eleição e posse do General Dutra.

Em 18 de Setembro de 1946, passou a vigorar nova constituição que restabeleceu a Câmara dos Deputados e o Senado Federal como integrantes do Poder Legislativo Ordinário e restaurou a Justiça Eleitoral ao seu mister, conforme a constituição anterior (1934), como órgão do Poder Judiciário.

O Código Eleitoral de 1945 determinou a exclusividade dos partidos políticos na apresentação de candidatos. Vigorou até 1950.

Em 1955, a lei 2250 criou a folha individual de votação que serviu para eliminar fraudes de dupla votação, uso de título falso ou segunda via obtida dolosamente, fixando ainda a seção eleitoral exclusiva para os eleitores. Isso constituiu um avanço significativo juntamente com a adoção da cédula única de votação, sugerida pelo ministro Edgard Costa.

Essa cédula oficial guardou a liberdade e o sigilo do voto, facilitou a apuração dos pleitos e contribuiu para combater o poder econômico, reduzindo gastos de campanha que limitavam os candidatos de menores posses.

2.4 DA DITADURA MILITAR À CONSTITUIÇÃO CIDADÃ

O período histórico compreendido de 1964 a 1985, da deposição de João Goulart até a eleição de Tancredo Neves, foi caracterizado por constantes adequações e arranjos impostos pelo regime militar, para que a legislação eleitoral servisse aos objetivos da Revolução. Assim, duração de mandatos, cassação de direitos políticos, decreto de eleições indiretas, instituição de candidatos natos, voto vinculado, criação de sublegendas e alterações nas formas de calcular números de representação política dos Estados, foram alterações impostas ao sistema eleitoral e à respectiva legislação federal, pelos militares.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos de 15 de Julho de 1965 (Lei 4.740) foi aprovada, mas o Ato Institucional número 2, de 27 de Outubro do mesmo ano, a extinguiu. Contudo, o Ato Complementar número quatro determinou ao Congresso Nacional a criação de organizações com atribuições de partidos políticos.

O AI – 5 (13/12/1968) suspendeu as garantias constitucionais, ampliando os poderes ditatoriais do Presidente da República, que, em 1968, decretou o recesso do Congresso Nacional.

Após uma sequência de cinco presidentes militares e não sem lutas político-ideológicas travadas durante todo o período, a redemocratização do país assumiu timidamente o seu lugar, com a eleição indireta de um Presidente da República civil. Tancredo Neves foi escolhido pelo Colégio Eleitoral em 1985, falecendo antes de tomar posse. O governo foi assumido então, pelo vice-presidente José Sarney.

Emenda constitucional de 15/05/85, de número 25, alterou dispositivos constitucionais restabelecendo eleições diretas para Presidente e Vice-Presidente, em dois turnos; eleições para deputado federal e senador para o Distrito Federal; eleições diretas para prefeito e vice-prefeito das capitais dos estados, dos municípios considerados de interesse de segurança nacional e das estâncias hidrominerais; aboliu a fidelidade partidária e revogou o artigo que previa a adoção do sistema distrital misto.

O voto vinculado foi extinto e, pela lei 6996/82 – permitindo que se utilizasse processamento eletrônico de dados nos serviços eleitorais – abriu-se o caminho para a era eletrônica na Justiça Eleitoral.

A Lei 7.444/85, disciplinou a implantação do novo processo e, em 1986 o contingente eleitoral nacional foi recadastrado, perfazendo 69.300.000 eleitores, aproximadamente.

2.5 UM NOVO TEMPO – RETORNO À DEMOCRACIA.

Em 1988, a nova constituição determinou a realização do plebiscito com a finalidade de definir a forma e o sistema de governo desejados pelo povo brasileiro – república ou monarquia, presidencialismo ou parlamentarismo. Prescreveu ainda que o presidente e os governadores de Estado, assim como os prefeitos de cidades com mais de 200.000 habitantes, fossem eleitos por maioria absoluta ou em dois turnos.

Determinou, também, turno único e maioria simples nos demais municípios e estabeleceu mandato presidencial de cinco anos, vedando reeleição e fixando desincompatibilização de seis meses para o Executivo (presidente, governador, prefeito).

A Emenda Constitucional 04/93 firmou o entendimento de que a lei que alterasse o processo eleitoral, só seria aplicada após um ano de sua vigência.

O mandato presidencial foi reduzido para quatro anos pela EC 05/94. Outra EC 16/97, permitiu a reeleição dos chefes de Executivo para um único período subsequente. A lei 9.504/97 pretendeu dar feições duradouras ao processo eleitoral.

A Justiça Eleitoral, desde a sua instituição em 1930, tem como princípio a moralização das eleições, lutando para sanar os vícios eleitorais e buscando mecanismos que garantam a lisura dos pleitos.

Na evolução histórica do processamento eletrônico de dados na Justiça Eleitoral, é de se ressaltar o cadastramento dos quase 70 milhões de eleitores brasileiros com cadastro único nacional.

Na eleição presidencial de 1989, nos estados do Acre, Alagoas, Mato Grosso, Paraíba, Piauí e Rondônia, foi possível fazer a totalização eletrônica que motivou o programa de informatização do TRE-MG, em 1991, expandindo-se para outros estados e para a união, em 1994.

O início da informatização do processo de votação se deu em 1996 quando 33 milhões de eleitores usaram a “Urna Eletrônica” em eleições municipais. Em 1998, a informatização atingiu 75 milhões de eleitores e, em 2000, o processo se universalizou em todo o país, na eleição de prefeitos e vereadores.

O processo eleitoral hoje é uma instituição democrática essencial para o exercício da cidadania e construção da “sociedade livre, justa, solidária”¹.

¹ Tribunal Superior Eleitoral. <http://www.tse.gov.br/internet/index/html>.

3 A DEMOCRACIA BRASILEIRA

3.1 BASES TEÓRICAS DO REGIME DEMOCRÁTICO

A possibilidade de um auto-governo, em que cada cidadão seja, a um só tempo, sua própria autoridade e seu próprio agente representa a utopia desejada por filósofos e teóricos sociais desde a antigüidade. Os gregos tinham conceitos que mesclavam noções da polis - que se auto-governava, em que os indivíduos seriam livres, mas conviviam em sociedade de cidadãos livres e escravos. Platão, conquanto revelasse profunda intuição política doutrinária, era defensor de um Estado forte, onipotente e totalitário. Aristóteles defendia a família e a propriedade privada, encarava o Estado como instituição necessária, decorrente da própria natureza humana e foi o primeiro a refletir que os aspectos quantitativos das manifestações populares são tão importantes quanto os qualitativos².

Na Teoria Geral do Estado, na Ciência Política e no Direito Constitucional subsiste uma tensão constante causada pela dicotomia: democracia indireta versus democracia direta. Não é possível tratar esse assunto sem mencionar seus principais teóricos: Montesquieu e Rousseau. O primeiro lançou os fundamentos do regime representativo que serviu de base à forma de Estado do direito constitucional moderno, que ainda predomina na maioria dos países até hoje. O segundo é considerado um utopista romântico, defensor radical da soberania popular e que compreende a democracia direta como indispensável ao exercício dessa soberania³.

A doutrina exposta por Rousseau dá aos cidadãos uma condição de igualdade política e estabelece o sufrágio universal como o processo instrumental de manifestação de sua soberania individual. A soberania popular seria o resultado

² CARNEIRO, Renato César. Dissertação de Mestrado: Iniciativa Popular no Processo Legislativo Brasileiro, UFCE. P.12, 2001.

³ IDEM.

conjunto das diferentes parcelas da soberania de cada pessoa, constitutivas da unidade, indivisibilidade e inelegibilidade da soberania do Estado⁴.

Esta democracia direta do Contrato Social tem obstáculos conceituais significativos e foi rejeitada em virtude das dificuldades de consecução da agenda de objetivos comuns.

A Constituição Portuguesa de 1976, que influenciou o legislador brasileiro na construção constitutiva de 1988, busca compreender a democracia participativa num sentido amplo – em que o cidadão dela participa por meio de seu voto, escolhendo seus representantes, e num sentido estrito – em que os cidadãos participam, diretamente, em tomadas de decisões.

Enquanto a democracia eleitoral representativa é uma democracia indireta (o povo não exerce soberania direta), a democracia eleitoral participativa é uma forma intermediária entre o auto-governo da democracia direta e o governo delegado da democracia representativa indireta. Nesta situação, o povo pode decidir, nas circunstâncias adequadas e da forma constitucionalmente prevista, por meio do referendo, do plebiscito e da ação de iniciativa popular.

A Constituição Federal define o Brasil como uma democracia participativa, que se assenta em quatro princípios fundamentais:

- a dignidade da pessoa humana;
- a soberania popular;
- a soberania nacional;
- a unidade da Constituição.

O primeiro princípio é determinante de todos os outros e estabelece a pessoa humana como princípio e fim do modelo democrático e a dignidade da pessoa humana como essência e objetivo constitucionais.

O segundo princípio apresenta o povo como fonte do poder, legitimador e limitador do exercício da autoridade.

O terceiro princípio afirma a independência e autonomia perante a ordem jurídica internacional e o quarto princípio consagra a carta constitucional como uma unidade lógica que se auto-convalida e se auto-interpreta.

Ao admitir que os cidadãos participem das tomadas de decisões políticas, essa Constituição os transforma na fonte legítima do poder político. Entretanto, ao

⁴ CARNEIRO, Renato César. Dissertação de Mestrado: Iniciativa Popular no Processo Legislativo Brasileiro, UFCE. P.12, 2001.

estabelecer a soberania nacional, a mesma carta faz os cidadãos limitados no exercício desse poder que, então, será exercido pelo povo, por meio de seus representantes ou diretamente, conforme prescrição textual

Não existe democracia participativa sem efetiva participação da sociedade civil, democraticamente organizada, consciente de seus deveres e direitos de cidadania e sem legítima representação, derivada da escolha livre e soberana de cada indivíduo. O cidadão consciente, eticamente determinado e politicamente mobilizado é quem poderá fazer a diferença no estabelecimento da legitimidade e representatividade democráticas.

3.2 FALÊNCIA DOS REGIMES DEMOCRÁTICOS REPRESENTATIVOS

Entre os cientistas políticos é consenso a falência da democracia representativa, segundo eles por causa dos abusos e desvios da vontade popular e por ausência de controle dos representantes pelos representados. Isso facilita, em muito, os descaminhos da corrupção.

Associado a este fato, tem-se demonstrado, inequivocamente, o desinteresse da sociedade na participação política efetiva, motivado pela descrença nos representantes eleitos; pelas farsas eleitorais, frutos de intensa manipulação da vontade eleitoral por todos os modos possíveis; pela banalização ética do cidadão, que negocia seu voto ou que vota sem saber o que está fazendo. Aqui reside, sem dúvida, o fato mais grave.

O processo eleitoral, numa democracia participativa, se caracteriza pela escolha de candidatos que representem as verdadeiras aspirações da maioria. Não devem ser impostos, não devem ser estranhos, mas pessoas indicadas pela comunidade, de dentro dessa mesma comunidade, conhecedoras das necessidades e aspirações da população.

Devem também ter histórias de compromisso com a comunidade e devem ser eleitos em processos eleitorais limpos, éticos e democráticos, em correspondência total aos desejos (vontade) da maioria.

Em grande parte dos pleitos, não é isso o que vem ocorrendo. São utilizados mecanismos que interferem na legitimidade e representatividade das eleições, trazendo como conseqüências o distanciamento da população e a não consideração de sua problemática.

Embora a representação popular nacional tenha origem democrática, trabalhos têm demonstrado e a prática eleitoral tem confirmado o progressivo desinteresse das populações de diversas localidades, em todo o mundo, na vida política de suas comunidades. Isso corrobora a tendência observada nas democracias européias ocidentais e nos Estados Unidos da América que têm registrado índices de abstenção eleitoral em níveis de até 50%⁵.

Números confiáveis demonstram tal fenômeno. Durante o período de 1990 a 2002 a Suíça alcançou abstenção de 50%, a Polônia 47,4 %, a França 32,7%, Hungria e Canadá 31,6%, cada um, Japão 30,7%. Neste caso, tais números podem significar a expressão de um grau de satisfação e confiança razoáveis nos respectivos governos, mas não justifica o absenteísmo eleitoral para uma população tão evoluída⁶.

Na América Latina tais índices se tornaram alarmantes, chegando em 2002, em alguns estados da Colômbia, a cifra de 79,2% de não comparecimento às urnas⁷.

Esses dados revelam que, mesmo quando o povo apóia o regime democrático, há uma desconfiança e até uma certa rejeição dos partidos, das instituições e, principalmente, dos políticos. No Brasil, neste mesmo período, pesquisas de opinião revelaram que cerca de 2/3 dos brasileiros estavam insatisfeitos e desinteressados com relação ao sistema político-partidário e eleitoral vigentes.

3.3 SOBERANIA POPULAR NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Segundo José Afonso da Silva “a soberania popular é um dos princípios básicos que fundamentam o regime democrático, no mesmo nível do outro princípio – a participação popular”⁸.

Paulo Bonavides se refere à mesma soberania como:

⁵ COSTA, Homero. Debilidade do Sistema Partidário e Crise de Representação Política no Brasil. Ago 2007. Disponível em http://www.uel.br/grupo_pesquisa_sepai. Acesso em 20/08/07.

⁶ IDEM

⁷ IDEM

⁸ SOUZA, José Afonso de. Constituinte e Regime Democrático, In “Poder Constituinte e Poder Popular”. São Paulo. Malheiros.200.

a fonte de todo o poder legitimador e limitador do exercício da autoridade, determinando as regras estruturais do governo e do ordenamento jurídico e oferecendo sustentação político-institucional à estrutura constitucional da democracia⁹.

Ao estabelecer que: “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição”, a carta política brasileira adotou um regime misto de democracia em que coexistem as formas direta e indireta e onde a expressão maior da atividade participativa é representada pelo sufrágio universal compulsório. (art.1º, parágrafo único, CR).

É interessante pensar, com João Batista Herkenhoff, que, até que se atingisse uma Constituição Democrática Participativa, foi necessário passar por um longo processo que envolveu trabalho intenso e luta persistente pela liberdade, igualdade e soberania. Para essa Carta Cidadã de 1988, cidadão não é apenas aquele que vota, mas, principalmente, aquele que exerce atividade participativa real, saindo do campo eleitoral passivo para a atividade cidadã que se efetua na prática da atividade dialógica democrática e no exercício das responsabilidades sociais solidárias.

Ao cidadão incumbe ainda a recém inaugurada consciência do efetivo controle social, que faz de cada indivíduo um efetivo fiscal das atividades legislativas e administrativas. A própria representação legislativa deve ter consciência de que, eleitos, eles representam a população e a ela têm que servir e prestar contas.

Para consolidar esta conceituação é necessário definir as noções de democracia direta, democracia de referendo, democracia eleitoral e democracia representativa.

Democracia eleitoral é uma espécie de democracia indireta em que o povo não se auto-governa, mas elege representantes para fazê-lo. É condição essencial para a democracia representativa, mas não é condição suficiente. A democracia representativa compreende a democracia eleitoral. A democracia de referendo pode ser usada na democracia representativa e o seu exercício se aproxima da forma direta. Esta última é de difícil ocorrência, por apresentar grande dificuldade na formulação das questões a serem decididas.

⁹ BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 10.ed. São Paulo. Malheiros, 2003.

3.4 DEMOCRACIA PARTICIPATIVA – LEGALIDADE PROCESSUAL

3.4.1 Avaliação da Situação Nacional

3.4.1.1 Crise de Representatividade / Crise na Democracia.

Infelizmente a realidade do Poder Legislativo brasileiro se apresenta apenas como representatividade formal, porque os representantes da população se distanciaram das reais necessidades e aspirações do povo. Nem sequer têm legislado, que é sua principal função. Isto permite que o executivo governe sozinho, por meio da edição de medidas provisórias que deveriam ser recursos extremos, excepcionais. Conforme reconheceu o então Deputado José Dirceu (PT) em discurso, comentando o Projeto de Lei 9840/99:

Também não estou satisfeito com o Congresso Nacional, nem com a legislação eleitoral. Temos problemas gravíssimos na representação da Câmara dos Deputados, não temos fidelidade partidária, não temos financiamento público de campanhas, temos esse grave problema da compra de votos¹⁰.

há, reconhecidamente, uma crise democrática de representação, que emperra toda a estrutura política nacional..

Deste modo, a democracia representativa convive com uma descrença popular motivada pela incompetência e inoperância parlamentares e agravada pela sua própria omissão (população)

Scott Mainwaring, estudando o sistema político-partidário eleitoral brasileiro (1999), concluiu que o fenômeno de alienação política do eleitorado nacional está associado a uma debilidade intrínseca do sistema vigente, que explica bem a crise de representatividade dos partidos – partidos fracos, ideologicamente inconsistentes, com pequena identificação com os eleitores. Um sistema partidário subdesenvolvido, com alto grau de volatilidade eleitoral, ausência de fidelidade partidária e constantes práticas de fisiologismo político¹¹.

¹⁰ José Dirceu *apud* CARNEIRO, Renato César. Dissertação de Mestrado: Iniciativa Popular no Processo Legislativo Brasileiro, UFCE. P 12, 2001.

¹¹ Scott Mainwaring *apud* COSTA, Homero. Debilidade do Sistema Partidário e Crise de Representação Política no Brasil. Ago 2007. Disponível em http://www.uel.br/grupo_pesquisa_sepal. Acesso em 20/08/07.

3.4.1.2 Legalidade do Processo Eleitoral

A autenticação de um sistema político eleitoral passa pela legalidade do processo democrático de representação, que deve ser regido pela Constituição Federal e pela legislação específica; mas passa também pela sua legitimidade – que é a medida exata de quanto dos interesses da sociedade, de suas aspirações e de sua vontade são promovidos pelos seus representantes.

Outro fator legitimador do processo político-eleitoral é sua representatividade e isso equivale dizer, não só que os que foram escolhidos nas eleições representam legalmente os eleitores, mas que devem respeitá-los de modo fiel, sendo seus porta-vozes e os defensores dos seus interesses.

Nesse sentido há um desencanto entre os brasileiros com relação ao sistema democrático atual. Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto Latinobarômetro (Chile), há uma frágil adesão à democracia brasileira.

Apenas 37% de eleitores optaram pela democracia quando relacionada a um regime autoritário, confirmando pesquisas anteriores de José Álvares Moisés¹².

Em 2000, Gabriel Vitullo¹³ constatou que havia uma grave crise na democracia brasileira a partir da deterioração das condições de vida da população, medidas pelo IDH, acelerando os processos de desinteresse e de apatia políticas do povo, e refletidos na fragmentação e volatilidade das opções eleitorais. Isso significa que, cada vez mais, o eleitor vota em candidatos de ocasião, e sua motivação é cada vez menos, política, mas, na maioria das vezes, meramente pessoal, interesseira ou manipulada pelos grandes “marketeiros” eleitorais.

Esse trabalho conseguiu demonstrar que nas regiões menos desenvolvidas – Norte e Nordeste – os índices de alienação são maiores, acompanhando as condições de vida menos favoráveis. Cerca de metade dos analfabetos nem mesmo estavam regularmente inscritos na Justiça Eleitoral.

O que mais chama a atenção nessa pesquisa é que os índices de alienação eleitoral do período da ditadura militar foram os menores já registrados e, desde a abertura política até a plena vigência do Estado Democrático de Direito, o percentual de abstenções estabilizou por volta de 27%, nas eleições de 2002.

¹² Moisés *apud* BLOTTA, Vitor Souza Lima. Cidadania e Direito – O Problema da Apatia Política. Andhep. Jul. 2007. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/content/view/23/56/>. Acesso em 29/07/2007.

¹³ Vitullo *Apud* BLOTTA, Vitor Souza Lima. Cidadania e Direito – O Problema da Apatia Política. Andhep. Jul. 2007. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/content/view/23/56/>. Acesso em 29/07/2007.

Os diferentes autores estabelecem relações entre as taxas de alienação eleitoral e a credibilidade do processo político formal, numa relação direta. Quanto maior a taxa de abstinência eleitoral, maior a desilusão e o sentimento de impotência da população, em relação às suas necessidades e às possibilidades de realização de programas que venham melhorar sua qualidade de vida.

Parece certo que a debilidade do sistema pluripartidário brasileiro, essencial a dialógica democrática segundo Habermas, se relaciona inversamente com a legitimidade e representatividade eleitorais no nosso sistema político-eleitoral.

O conceito de credibilidade do processo eleitoral, fundamenta-se nestas duas características essenciais – a representatividade e a legitimidade, e tem sido utilizado por autores como Huntington e Nelson, para aferir a confiança da população no processo político formal. Deste modo é possível concluir que quanto maior a limitação social, econômica e cultural de uma sociedade, maior a taxa de alienação eleitoral e menor seu interesse de participação no referido processo. Quanto maior a credibilidade desse processo menor o índice de alienação eleitoral.

A credibilidade é uma característica que avalia a dimensão do “retorno político” do voto. Quanto maior certeza os eleitores têm de que o processo será feito em acordo com a legislação eleitoral e quanto maior a legitimidade do processo, tanto menor a tendência à alienação eleitoral.

3.4.2 Sistema Eleitoral e Voto Consciente – Pilares da Democracia Participativa

A democracia constitucional brasileira tem como fundamentos, entre outros, o pluralismo político, garantindo ao sistema político-partidário a condição de competição política livre, que permite o aprimoramento dialógico das instituições, por meio da regulação discursiva dos conflitos. Este tipo de participação política só é possível mediante o estabelecimento de outro fundamento democrático – a soberania popular, exercida por meio do sufrágio universal direto e secreto.

A Carta Magna Nacional permite a participação social ativa, cidadã, que pode propor ações populares junto ao judiciário, na defesa de direitos inalienáveis e na coibição de abusos e desvios do poder, ou que pode participar dos conselhos de administração pública, inclusive a apresentação ao legislativo de projetos de leis, de iniciativa popular.

Um dos instrumentos mais importantes para o exercício de plena cidadania é o voto consciente, aliado do cidadão na manifestação de sua livre escolha, seja no processo eleitoral representativo, seja no processo direto, via plebiscito, referendo ou ação de iniciativa popular.

A construção de uma sociedade livre, justa, solidária, que evolua com equidade e que esteja empenhada no desenvolvimento nacional e na redução das desigualdades sociais, garantindo igualdade de oportunidades para todos, é o trabalho mais importante, a luta real do cidadão e do povo brasileiros. Para a consecução desses objetivos é fundamental a compreensão da soberania popular, dos direitos e deveres de cada cidadão, da dignidade da pessoa humana e do exercício do voto na prática democrática participativa.

Não cabe exclusivamente ao Estado a promoção e a realização da plenitude constitucional democrática. É imprescindível a participação do cidadão na luta pela construção social expressando, dessa forma, o seu compromisso com a comunidade, envolvido na busca da justiça, no fortalecimento das instituições e dos princípios da democracia.

É necessário estabelecer uma política voltada para o bem comum, para o desenvolvimento sustentável, para o crescimento econômico e desenvolvimento social, sem permitir a hipertrofia de um sobre o outro. É preciso ensinar que o crescimento econômico sustentável só se garante com a prática social responsável e que a propriedade individual deve cumprir finalidades sociais, coletivas, de modo que os reflexos do crescimento alcancem a todos os cidadãos.

Neste sentido, o instituto democrático do voto com consciência é indispensável, insubstituível e direito inalienável de participação ativa, que se estende e se completa na fiscalização cidadã dos seus representantes e da apresentação dos projetos nascidos das necessidades e da vivência das comunidades, cobrando o compromisso da representação eficiente.

Faz parte integrante desse novo programa político, já estampado na carta constitucional brasileira, a criação e implementação de conselhos gestores de políticas públicas nos municípios, estados e União, para efetivo exercício da cidadania participativa e controle social.

3.4.3 Cidadania, Consciência Política e Motivação Eleitoral.

Cientistas políticos que têm se detido no estudo da sócio-economia do terceiro mundo e dos países emergentes, têm diagnosticado que a corrupção eleitoral é um mal de extrema gravidade, que cobra alto preço social e econômico da própria nação em detrimento das políticas públicas sociais de melhora de qualidade de vida.

As constantes evidências de corrupção, as denúncias de esquemas e acordos financeiros, que sangram sem medida os cofres públicos, devem ser investigadas e os culpados, sentenciados e punidos. A impunidade, que ainda é o resultado mais comum, não pode levar o cidadão ao desânimo, à omissão e ao conformismo, passando a aceitar todas as manifestações de corrupção como situações definitivas, irreversíveis e irremediáveis.

O cidadão inconformado, eticamente comprometido e socialmente engajado, exerce papel fundamental em sua área de influência, ajudando a formação da consciência político-participativa dos concidadãos e o desenvolvimento da responsabilidade social do indivíduo, que passa a se ver como elemento essencial do processo democrático.

Entretanto, para atingir esse grau de maturidade política, faz-se necessária uma verdadeira escola de cidadania. O que ainda constitui nossa realidade político-social é a atitude omissa e irresponsável de que “não tenho nada com isso”, “não estou sendo prejudicado em nada” ou “deixa isso para quem tem mais tempo e capacidade do que eu”.

Nem mesmo o ato de votar é levado a sério. Conquanto obrigatório, é fácil constatar registros de elevada abstinência eleitoral. Muitos ainda votam segundo a simpatia pessoal, pela amizade, ou a pedido de alguém a quem se deve favores. Há os que aproveitam a oportunidade das eleições para conquistar condições favoráveis como consultas médicas, tratamentos, encaminhamentos, medicamentos, alimentos, etc.

Outros “vendem” seus liderados, suas congregações, ou trocam sua influência por cargos expressivos na rota indigna da manipulação clientelista e eleitoreira.

Mas há, ainda, aqueles que procuram obter vantagens diretas com o seu voto, cuja motivação é ganhar algum dinheiro com o ato de votar. Embora poucos,

existem trabalhos realizados no sentido de identificar eleitores corruptos, tomando iniciativa na corrupção, concretizada ao encontrar candidatos igualmente dispostos às práticas antiéticas e ilegais.

Do ponto de vista da filosofia do direito, o problema mais grave com o qual se deparam os países de terceiro mundo e os chamados emergentes, é o da apatia política, ou seja, a falta de motivação para o exercício da atividade eleitoral ética.

Esta questão caracteriza o que tem sido identificado como imobilismo político na sociedade brasileira (Eduardo Bittar, João Batista Herkenhoff, Herbert de Souza) e que é consequência de uma compreensão limitada do conceito de cidadania e do valor do processo eleitoral¹⁴.

Os autores brasileiros supracitados desenvolveram a noção de cidadania ativa, conceito que estabelece a idéia de “ação”, contrapondo à idéia limitada de “condição”. Assim a cidadania é um conceito ético da personalidade que, pela qualidade de pessoa, têm direitos e deveres inerentes a essa condição. Essa posição ética se fundamenta num princípio moral universal, que determina como errada e passível de punição, a omissão. Aquele que sabe fazer o bem, que pode fazê-lo, e não o pratica, está errando.

Neste caso, o que se condena não é apenas a prática do mal, mas o deixar de fazer o bem. A cidadania implica na obrigação de reconhecer o dever individual e pessoal de buscar os interesses dos outros, defender os direitos da comunidade e buscar, com o desenvolvimento pessoal, o desenvolvimento de todos. Isto não é uma questão de escolha, mas uma imposição ética e moral.

Temos, então, uma evolução conceitual que deixa para trás a idéia de cidadania como ação de votar, e assume o caráter de atividade intra e inter-social, mutual, responsável e transformadora, fazendo das decisões políticas, tomadas na interação dialógica, o interesse central da ação político institucional em benefício da comunidade.

Esbarra-se aqui no problema crucial: como levar o indivíduo e a sociedade a conhecer, entender e vivenciar esta experiência? Como tornar concreta essa cidadania?

¹⁴ Bittar e outros *apud* BLOTTA, Vitor Souza Lima. Cidadania e Direito – O Problema da Apatia Política. Andhep. Jul. 2007. Disponível em: <http://www.andhep.org.br/content/view/23/56/>. Acesso em 29/07/2007.

As democracias vigentes na idade moderna vivem sob os modelos liberal ou republicano e, em muitos países, há uma tensão interna, muito acentuada entre essas duas formas, tidas como antagônicas.

O modelo republicano trabalhado por Rousseau, cujas idéias também podem ser encontradas em Aristóteles, mais semelhantes ao Estado Social, liga-se à soberania popular e à autonomia política. Já o modelo liberal, que encontra fundamentos em Locke e Kant, pode ser concebido sob os conceitos da autonomia privada e da autodeterminação.

Pode parecer que essas duas formas são irreconciliáveis. De um lado a soberania popular e do outro os direitos humanos individuais. Estes, funcionariam como freios reguladores das vontades coletivas de modo que fossem protegidos os direitos (ou as vontades) individuais. Aquela, estabeleceria a prioridade dos direitos humanos coletivos sobre a auto determinação dos cidadãos.

Resumidamente, os “liberais” crêem que o poder político é exclusivo do Estado de Direito, o qual deve promover a consecução das responsabilidades públicas internamente, e cuidar da política, externamente. Não há necessidade do envolvimento social do cidadão. Já os “republicanos” crêem numa comunidade política que se organiza, buscando legitimar as vontades coletivas na esfera pública, a partir da interação estabelecida no diálogo argumentativo da temática comum e por uma ética do consenso.

Está é, coincidentemente, a posição de Habermas que ele denominou de “peso da liberdade comunicativa”, que pode ser entendida como a imposição recíproca das liberdades individuais, mediadas pela atividade dialógica.

Conclui-se, então, que o modelo republicano contempla a atividade do cidadão e a mútua imposição da cidadania como meios de construção de uma sociedade equilibrada, ética e justa; e que a concepção social liberal, por valorizar a prevalência das liberdades individuais e seu usufruto, sobre a vontade coletiva, conduziria à apatia política.

Para Habermas¹⁵, a prevalência de qualquer desses modelos não é capaz de resolver a questão da motivação político-eleitoral do cidadão, terminando com a apatia política. Ele defende uma harmonização dos dois sistemas, não como síntese dialética, mas como fórum constante de interação dialógica, neutra, em que os

¹⁵ Habermas *apud* TESSER, Gelson João. Ética e Educação: Uma Reflexão Filosófica a Partir da Teoria Crítica de Jürgen Habermas. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.

cidadãos tivessem plena liberdade de manifestação e onde as decisões fossem tomadas com base na melhor argumentação racional e no seu reconhecimento pela maioria dos cidadãos.

Este estágio da sociedade representa uma evolução, desejável e ideal, do processo de formação ética e de consciência política do cidadão.

4 DEMOCRACIAS REPRESENTATIVAS E CORRUPÇÃO ELEITORAL: CAUSAS, FORMAS, CONSEQUÊNCIAS.

4.1 A CULTURA DA VANTAGEM

O problema da corrupção não é uma exclusividade brasileira. Mesmo muito mal colocado nas listas dos países onde há mais corrupção no mundo, o Brasil não é só corrupção como muitos querem fazer crer. Há uma parcela significativa da população que trabalha, produz, paga impostos, gera riquezas e contribui para o desenvolvimento do país.

Entretanto, há uma mentalidade sutilmente infiltrada na consciência nacional que parece ter impregnado o comportamento dos brasileiros, denominada equivocadamente de “Lei de Gérson” e conhecida como o “jeitinho brasileiro” já, quase absolutamente, uma instituição.

Uma pesquisa realizada pelo IBOPE, divulgada em 29/03/2006, sobre transgressão de leis ou descumprimento de regras contratuais para obter, de forma consciente e intencional, benefício material, trouxe o seguinte resultado: de 13 irregularidades avaliadas e listadas, 75% dos entrevistados disseram que cometeriam, pelo menos, uma delas¹⁶.

A pesquisa realizada de 12 a 16 de janeiro de 2006, envolveu 2002 eleitores, em 143 municípios, que deviam responder que tipo de conduta tomariam, nas seguintes circunstâncias:

- quando tem oportunidade, oferece uma gorjeta ou uma “caixinha” para se livrar de multa ou punição.
- procura agir de modo a sonegar impostos.
- recebe benefícios do governo, sabendo que não tem direito a eles.

¹⁶ IBOPE. Pesquisa Opinião: Corrupção na Política – Eleitor: Vítima ou Cúmplice? Mar. 2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil>. Acesso em 11/08/2007.

- adquire documentos (ou os falsifica) para obter algum tipo de vantagem.
- pede mais de um recibo pelo mesmo procedimento médico. para obter maior reembolso do Plano de Saúde.
- compra produtos que copiam originais de marcas famosas sabendo que são produtos piratas ou falsificados.
- faz ligação clandestina ou 'gato' de TV à cabo, energia, água.
- pega ou consome produtos em padarias ou outros estabelecimentos comerciais sem pagar.
- apresenta atestado médico falso para justificar falta na escola ou trabalho.
- frauda seguro de veículos (data, despesas, etc.).
- compra algo sabendo que é produto de roubo.
- frauda documentos, inclusive atestado médico, para conseguir aposentadoria precoce.
- frauda exames escolares ou de concursos, em benefício próprio.

Uma outra questão proposta foi sobre a tolerância dos eleitores brasileiros em relação a diferentes tipos de corrupção praticados por seus representantes ou governantes eleitos. Cerca de 60% dos entrevistados admitem que, no lugar desses políticos, praticariam atos que beneficiassem seus familiares ou a si mesmos¹⁷.

Entre essas atitudes, encontravam-se as seguintes:

- escolher familiares ou conhecidos para cargos de confiança.
- mudar de partido em troca de dinheiro, cargo, empregos para familiares ou amigos.
- contratar, sem licitação, empresas de familiares para prestação de serviços públicos.
- pagar despesas pessoais, não autorizadas, com recursos públicos.
- aproveitar viagens oficiais para lazer pessoal e de familiares.
- desviar recursos das áreas de saúde e educação, para utilizar em outras áreas.
- aceitar gratificações ou comissões para escolher ou favorecer escolhas de empresas.
- superfaturar obras públicas e desviar o dinheiro para campanha eleitoral.

¹⁷ IBOPE. Pesquisa Opinião: Corrupção na Política – Eleitor: Vítima ou Cúmplice? Mar. 2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil>. Acesso em 11/08/2007.

- usar caixa dois em campanha eleitoral.
- Deputado ou Senador, receber dinheiro de empresa privada para aprovar leis que as beneficiem.
- superfaturar obras e desviar dinheiro para patrimônio pessoal ou familiar.
- contratar funcionários fantasmas e ficar com o dinheiro.
- trocar voto favorável ao governo por um cargo para familiares ou amigos.

Quando a mesma pesquisa focalizou uma situação em que outras pessoas estariam ocupando cargos políticos, em relação ao mesmo problema, a tendência foi de ser mais rígido na avaliação, revelando que a desconfiança com os outros é muito maior ou a avaliação dos outros, muito mais rigorosa (cerca de 98%).

“Caixinhas”, “caixas dois”, escrituração contábil fraudulenta, sonegação fiscal, falsificação de documentos, fraudes, contrabandos, superfaturamento, evasão de divisas, etc, são práticas disseminadas dentro da sociedade brasileira e, muitas vezes, tidas como valores positivos – quem as pratica é “esperto”; quem não as pratica “é bobo”.

Tornou-se prática universalizada e conhecida o pagamento de “comissões” aos agentes públicos, políticos ou administrativos, quando da liberação de verbas destinadas ao financiamento de obras públicas. Conhecidas são também as negociações de sentenças, o favorecimento de partes em decisões judiciais, manipulação de resultados lotéricos e um sem número de outras irregularidades cometidas diariamente.

Poder-se-ia estender sobre este assunto, e até mencionar casos que ganharam publicidade nacional e mundial e que transmudaram a imagem brasileira numa grotesca e imoral república da corrupção, mas isso é o bastante.

A corrupção eleitoral é um aspecto, talvez o mais importante, desse quadro porque é a partir dela que se organizam os grandes planos de instrumentalização e desvio de recursos públicos.

Segundo estatísticas publicadas em estudos sobre a corrupção, entidade criminalmente tipificada e multifacetada, cerca de 5% do PIB global são desviados anualmente – algo próximo de dois trilhões de dólares por ano. No Brasil, estima-se que percentual menor do PIB nacional (cerca de 1%) seja literalmente torrado, caindo em mãos erradas, sem se levar em conta recursos mal utilizados, nem obras superfaturadas (cujos processos licitatórios e prestações de contas estão

contabilmente corretos) ou sonegação fiscal. A pesquisa de janeiro de 2007, usando dados do BIRD, estimou em 280 bilhões de dólares o volume vazado na corrupção.

A organização Transparência Brasil revela por meio de sua diretoria executiva que o número de casos novos de corrupção aumenta a cada dia, mas a sua grande maioria acaba por não aparecer na mídia, ficando desconhecida da população. É possível estabelecer uma relação clara entre a corrupção eleitoral e todos os outros tipos de corrupção no país, visto que o financiamento das campanhas eleitorais têm funcionado como o meio mais comum de garantir a permanência de “quadrilhas” no poder e de se conseguir manipulação fraudulenta de orçamentos, verbas, licitações, concorrências, etc.

Uma pesquisa do IBOPE já mencionada mostra que a percentagem de jovens que admitem a prática de ilicitudes chega aos 87% enquanto que nos maiores de 50 anos, essa percentagem se reduz para 60%. Essa tolerância para a prática pessoal de ilicitudes é maior naqueles com maior grau de escolaridade. Dos que cursaram até a 4ª série do ensino fundamental, cerca de 62% admitem conduta ilícita. Dentre os que têm escolaridade superior (3º grau) o percentual sobe para 85%.

Considerando as diversas variáveis da pesquisa, a avaliação do presente quadro é preocupante, revelando que a corrupção é uma atitude justificável numa sociedade que prima pelo imediatismo pragmático, sem preocupações éticas ou princípios morais definidos.

Essa sociedade que, muitas vezes, escalona infrações penais em graus de importância diferentes, que classifica, ao seu bel prazer, o que é punível ou não punível (como no recente julgamento envolvendo governador e senador de Rondônia); que minimiza as falhas pessoais, justificando-as diante do objetivo a ser alcançado; que critica severamente, nos outros, os erros que comete sem reconhecê-los, é a mesma sociedade que, correta ou incorretamente, termina por legitimar a eleição de seus representantes. Cria-se assim um círculo vicioso de perpetuação da corrupção.

4.2 IMPORTÂNCIA E CAUSAS DA CORRUPÇÃO ELEITORAL

A luta contra a corrupção eleitoral é uma ação de cidadania que deve ser deflagrada pela sociedade organizada porque, se não for combatida, torna-se institucionalizada, legitimada pelas urnas, assumindo ares de legalidade e

normalidade. A permanência de corruptos no poder é uma possibilidade certa, uma oportunidade sem par, de perpetuar o esquema da corrupção.

Um fator fundamental para a prevalência da corrupção é o clientelismo – um tipo de prática comum no meio político nacional e que se manifesta, mais diretamente, em dupla face: o nepotismo e o oligarquismo, pelos quais é possível criar e manter grupos que permanecem no poder, por longo tempo. Juntos, tais excrescências permitem a recorrência dos grupos políticos no poder, garantindo o continuísmo e a defesa de interesses particulares.

Outro fator que determina a corrupção é o assistencialismo, caracterizado pela assistência paternalista direta e soluções que o político providencia para os problemas da “sua gente” e que lhe garantem o retorno eleitoral na forma de “votos”.

São inúmeras as formas por meio das quais a corrupção eleitoral se apresenta. O Código Eleitoral prevê mais de sessenta tipos de delitos eleitorais dispostos em capítulo próprio, e outros ainda esparsos pelo mesmo código ou em leis diversas¹⁸. Destes, cerca de uma dezena apenas, são materializados no dia a dia da Justiça Eleitoral. Dentre estes destacam-se:

- a inscrição fraudulenta de eleitor;
- a desobediência;
- o transporte irregular de eleitores;
- o falso, nas suas variantes;
- os crimes contra a honra;
- a corrupção eleitoral.

Aqui, focaliza-se com mais intensidade as ações tipificadas como tráfico do voto, corrupção ativa e passiva – que se manifesta em múltiplas ofertas ou solicitações – desde os bens de primeira necessidade até outras vantagens da mesma natureza.

Há autores que entendem não dever ser punido o eleitor que foi procurado pelo candidato ou por seus agentes, mas que a punição deve atingir também o eleitor que busca a vantagem, tomando a iniciativa em relação ao candidato.

Muitos outros crimes tipificados no Código Eleitoral se prestam à prática da corrupção e não haveria possibilidade de enumerá-los, neste trabalho.

¹⁸ RAMAYANA, Marcos. Código Eleitoral Comentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2006.

Já foi mencionado que, no regime democrático participativo – representativo, a eleição assume o papel de fonte de legitimidade de poder. Ao exercer o seu direito de voto, o eleitor está tomando formalmente uma decisão política, manifestando seu consentimento e assumindo um compromisso responsável com o programa governamental, conferindo-lhe LEGITIMIDADE DEMOCRÁTICA.

O eleito, desse modo, recebe um mandato político representativo pelo qual se efetivam dois princípios: a representação – o poder originário do povo é exercido em seu nome, por representantes formalmente escolhidos e periodicamente eleitos; e a autoridade – por meio do mandato constitucional o Estado, impessoal, adquire condições de manifestar vontade e tomar decisões. É a representatividade democrática.

Conclui-se que o voto cumpre uma função social – instrumento de atuação da soberania popular; cumpre uma função política – garantindo o exercício político do direito público do sufrágio; cumpre uma função de cidadania – expressa na obrigação de cada cidadão de participar do processo eleitoral por meio de seu voto, pelo qual seus representantes e em seu nome, exercerão a autoridade constitucionalmente estabelecida, para a realização do bem comum.

Nessa ótica a corrupção eleitoral assume uma importância evidente, pois torna o processo ilícito, a eleição ilegal e a representação ilegítima. Ao mesmo tempo a corrupção eleitoral aumenta a descrença da população nas instituições democráticas, no processo político e limita a participação popular apenas ao dia das eleições. Desse modo, o eleitorado é usado apenas como meio de legitimação de fraudes eleitorais e de manipulação de resultados, com o conseqüente empobrecimento do país, leia-se, de seu povo.

5. LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARÂMETROS CONSTITUCIONAIS DE NORMALIDADE LEGITIMIDADE DAS ELEIÇÕES

Para que as eleições sejam desenvolvidas dentro da normalidade processual, a Constituição Federal prescreve a proteção contra a influência do poder econômico e estabelece a impugnação do mandato eletivo por abuso do poder econômico. Nestes preceitos está implícito o reconhecimento do legislador do poder de deformar, viciar ou comprometer resultados, não só da influência do poder financeiro, como do seu uso abusivo, desproporcional e corrompedor.

Esta foi a causa direta do “impeachment” do ex-presidente Fernando Collor de Melo – primeiro presidente eleito pelo voto popular, em eleições diretas, após o estabelecimento do regime democrático no país.

É consenso doutrinário ser praticamente impossível não haver influência econômica em uma eleição. O próprio financiamento das campanhas é, hoje, manipulável e a presença de “caixas dois” dificilmente configurada, conspiram contra a legitimidade do processo eleitoral.

A cassação do registro da candidatura ocorrerá sempre que se configurar o abuso econômico e se comprovar a conseqüente distorção na manifestação da vontade popular e no resultado das eleições.

Quando o próprio candidato comete o procedimento ilícito, além da cassação do seu registro deverá ser considerada a sua inelegibilidade.

5.1 - ILICITUDES ELEITORAIS

A Constituição faz previsões quanto ao abuso do poder político no processo eleitoral, por meio de lei complementar que define casos de inelegibilidade. O abuso referido caracteriza-se por vantagens determinadas pelo exercício de função, cargo ou emprego da administração direta ou indireta, que resulte em influência no

resultado do processo eleitoral. A Constituição Federal estabeleceu que essa tentativa de beneficiar candidato ou partido político é causa de responsabilização do agente público, anulabilidade da votação e inelegibilidade nos três anos seguintes ao término do mandato ou permanência no cargo.

A Lei 9504/97 – Lei das Eleições – nos artigos 73 a 78, com a redação dada pela Lei 9840/99, definiu quais as condutas vedadas aos agentes públicos, ampliou o conceito de agentes públicos para fins eleitorais e determinou sanções para essas práticas: suspensão imediata da conduta, multa, cassação do registro da candidatura ou do diploma do candidato (em caso de eleição) sem prejuízo da caracterização dos atos como improbidade administrativa.

Coexistem neste dispositivo do Código Eleitoral duas figuras que podem perturbar o bom andamento do processo eleitoral:

- o desvio de poder de autoridade;
- o abuso de exercício de função do cargo público (abuso de poder ou abuso de autoridade).

Anulação da votação só ocorrerá se comprovar vinculação entre o ato praticado com desvio da finalidade e o resultado eleitoral que sofre interferência.

Há ainda um dispositivo constitucional que estabelece que a corrupção enseja a possibilidade de impugnação de mandato eletivo (art. 14, §10, CR). A definição de corrupção é uma das modalidades de abuso do poder político e do desvio do poder de autoridade, perpetrado por agente público que aceitar ou oferecer vantagem, de qualquer natureza, com a intenção de alterar a realidade do processo eleitoral. Pode ocasionar impugnação de mandato eletivo.

Segundo doutrinadores nacionais, a ocorrência de casos de corrupção – ação ou omissão de agentes públicos com o fim de beneficiar um candidato, um partido ou coligação, em troca de vantagens de qualquer natureza, para si ou para outrem – além de abuso do poder político ou do desvio de poder de autoridade, que poderão dar ensejo às sanções de inelegibilidade, de cassação do registro de candidatura ou do diploma do eleito, ou nulidade de votação, permitirá ajuizar ação de impugnação de mandato eletivo¹⁹.

Do mesmo modo a fraude – toda manobra ou conduta que busque falsear a verdade do processo eleitoral, ou seja, qualquer atitude que tenha em vista o

¹⁹ MOTA, Aroldo. Direito Eleitoral na Constituição de 1988. Fortaleza. SED. 1989.

engano, todo um conjunto de procedimentos ou dissimulações cujas conseqüências criam embaraços ou prejuízos à aplicação das leis eleitorais – propicia o ajuizamento de ação de impugnação do mandato eletivo.

Um tipo de fraude que ainda se pratica com relativa freqüência é a mudança de domicílio eleitoral de eleitores simpatizantes de determinados candidatos, com o objetivo de aumentar suas possibilidades de vitória.

A utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social no processo eleitoral também compõe o elenco constitucional de preceitos impeditivos que devem proteger a normalidade e legitimidade das eleições.

Está em foco aqui um poderoso e influente meio de alterar o curso do processo eleitoral – a mídia – também chamada de 4º poder e que pode ser indevidamente usado (o que é uma outra forma de abuso de poder), um misto de poder político e econômico, um poder autônomo numa sociedade democrática.

A utilização fora dos limites legais determinou a aplicação de sanções que serão as de inelegibilidade - ao candidato beneficiário (art. 22, caput e inc XIV, LC 64/90) e multas, previstas na lei 9054/97.

É necessário avaliar a força do “marketing” eleitoral que, segundo estudos publicados, leva cerca de 50% da população a tomar decisões e a definir seus candidatos com base nos trabalhos publicitários²⁰.

5.2 - LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Muitos autores têm afirmado que o problema da grave corrupção que infesta o país nada tem a ver com suas leis, mas tem a ver com o excesso de leis, coexistindo, num mesmo sistema, leis necessárias e leis desnecessárias, estas enfraquecendo ou limitando aquelas.

A multiplicação de leis, como no caso brasileiro, nem sempre evita novos crimes; ao contrário, multiplicam-se as violações. As tentativas de resolver os problemas que surgem por meio de leis, burocratizam o Estado, emperram a Justiça, estimulam a corrupção e atuam apenas nas conseqüências dos problemas, nunca na sua raiz.

²⁰ PACHECO, Cid. Fundamentos de Marketing Eleitoral. Portal do Marketing. Mai. 2007. Disponível em <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Fundamentos>. Acesso em 21/08/2007.

César Beccaria expõe sua preocupação com a interpretação subjetiva das leis, com hermenêuticas que acabam por relativizar os preceitos legais e pleiteia um sistema judiciário em que os juízes sejam aplicadores estritos da legislação, decidindo conforme o que o legislador prescreveu. Reconhece, porém, que “as leis precisam ser concisas, claras, compreensíveis, escritas de forma tal que qualquer pessoa as entenda e que, ao lerem, tenham todos o mesmo entendimento.”²¹ Comenta sobre a grandeza do mestre Montesquieu, com quem compartilha da mesma preocupação – a vigência de um sistema de leis inadequado e, por vezes, inconstitucional.

Essas observações têm permitido análises sociológicas mais aprofundadas, que propiciam identificar, nas democracias representativas, relações de poder e estruturas de poder determinantes das ações criminosas e perpetuadoras da corrupção. Nesse caso, a maior necessidade brasileira não seria uma reforma eleitoral, mas uma reforma na estrutura democrática do poder.

O simples fato de um país ser constitucionalmente democrático não garante liberdades individuais de manifestação, participação, escolha e autodeterminação. Muitas democracias da atualidade são, na verdade, regimes que se firmam em relações de tirania e violência.

Tudo isso equivale dizer que, antes de uma reforma política ou eleitoral, é preciso reformar o Estado, dentro de uma perspectiva de uma sociedade adulta, consciente, cidadã, capaz de estabelecer, efetivar e sustentar sua soberania.

Críticos da legislação eleitoral brasileira se levantam contra o que chamam de imprecisões ou indefinições do texto constitucional, que muitas vezes atribui à legislação complementar a competência e a legitimidade para regulamentar as sanções constitucionalmente permitidas.

Muitas vezes sanções de inelegibilidade aplicadas, deixam de ser efetivas em razão da morosidade processual (que tem causas múltiplas). Imprecisões textuais na lei permitem interpretações que favorecem a impunidade conforme demonstra fartamente em livro de sua autoria, Caramuru Afonso Francisco, ex-Juiz Eleitoral, Doutor em Direito Civil pela Universidade de São Paulo, onde também é professor.

Sua conclusão faz coro às críticas de outros doutrinadores pátrios clamando por reformas de textos específicos e correções de contradições entre diplomas

²¹ BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e Das Penas. São Paulo. Martin Claret. 2003.

legais distintos, Por fim, menciona grandes brechas legislativas que precisam ser adequadamente sanadas, “por meio da superação de vaguidões, incertezas e incongruências de textos legais, para se evitar o desmoronamento da estrutura normativa e legitimidade das eleições”²².

Sugere que a primeira providência para garantir a efetividade da lei é “centralizar todos os dispositivos legais em um único diploma ordinário consistente, claro e em perfeito acordo com os objetivos constitucionais”²³.

5.3 - INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL

Vinte anos após sua implantação, o texto de nossa constituição ainda não tem sido aplicado como deveria, nem regulamentado de acordo com as exigências da própria carta. Esta é a impressão de Celso Antônio Bandeira de Melo, confirmada pelo grande número de leis que o STF tem que suspender por seu enunciado inconstitucional.

Outro fator complicador é o grande número de assuntos inseridos no texto magno, os quais poderiam ser regulamentados em leis complementares.

Reclama-se também da demora, às vezes irritante, da regulamentação de direitos instituídos, os quais ainda não têm sido usufruídos. Comparada a outras constituições pelo mundo, há um excessivo número de emendas constitucionais, às vezes com o intuito claro de favorecer projetos de grupos hegemônicos e por força de políticas de ajuste, de medidas provisórias e de modificações realizadas sob a pressão do processo liberal de globalização.

É a constituição, o instrumento democrático que assegura os direitos e deveres do cidadão e faz da cidadania uma condição absolutamente indispensável para estabelecimento da soberania popular.

É por meio do processo político-eleitoral que o povo, titular insubstituível e beneficiário último do poder, exerce o seu papel de construir uma sociedade democrática participativa, em que a responsabilidade de cada cidadão como sujeito inalienável do direito, o torne capaz de assumir seu papel de respeitar e obedecer às leis, vigiar a própria conduta, bem como fiscalizar a ação dos seus representantes.

²² FRANCISCO, Caramuru Afonso. Dos Abusos nas Eleições – A Tutela Jurídica da Legitimidade e Normalidade do Processo Eleitoral. São Paulo: Juarez de Oliveira 2002.

²³ IDEM.

A omissão de cada um (e da maioria) enfraquece a participação democrática e prejudica a eficácia do ordenamento jurídico. O cidadão consciente não espera que a lei realize o que ela não pode realizar. O ordenamento jurídico não é capaz de fazer uma democracia, nem fabricar cidadãos, mas cidadãos conscientes formam uma sociedade solidária e responsável, autônoma e soberana, que é capaz de construir um Estado Novo, reformar sua constituição e lutar pela consecução plena do bem comum, atribuindo e concedendo a cada indivíduo os deveres de sua responsabilidade e os direitos de sua cidadania.

Nada disso, porém, pode acontecer sem um processo político-eleitoral livre, ético, justo e democrático; sem uma legislação eleitoral clara, inequívoca, transparente e constitucional, sem uma Justiça Eleitoral séria, independente, imparcial e soberana.

A ineficácia da legislação eleitoral em garantir a legitimidade e a representatividade democráticas fica, deste modo, estabelecida. Não que as leis, por si mesmas, bastem para tornar legítimas ou representativas as eleições, num processo democrático de votação. Mas principalmente pelo espírito das leis, na medida em que elas têm vigência e se concretizam no grupo social em que deve ser aplicada. Esse fenômeno só ocorre quando o princípio legal se torna prática habitual e consentânea, incorporada à vida da comunidade, sendo muito mais intenso e efetivo quando a lei representa um anseio ou uma necessidade manifestados nas diversas instâncias e espaços da atividade discursiva de cada comunidade.

Neste ponto, fica fácil perceber que num país tão grande, com tão diversa realidade cultural e educacional, com níveis sócio-econômicos tão díspares e com tantas restrições conjunturais à realização da cidadania constitucional, é uma tarefa árdua promover a consecução de um processo político eleitoral ideal.

Também se torna perceptível que é necessário deflagrar um processo de educação para a cidadania, de âmbito nacional, de responsabilidade de todos e de cada um. Uma verdadeira mobilização social pelo cumprimento dos ditames constitucionais e de todo ordenamento jurídico coerente. É um trabalho diário, ininterrupto, compulsório, inalienável, no lar, na escola, na empresa, nas igrejas, nos clubes, sindicatos, associações, etc, em todos os espaços sociais, em todas as classes e em todas as profissões.

Mesmo havendo uma adequação da legislação mais célere, com procedimentos sumários, punição e cumprimento efetivo de pena, com conseqüente

redução da corrupção e a prática de ilicitudes penais, somente uma campanha nacional permanente, com engajamento de todos os cidadãos, poderá, a longo prazo, trazer, de forma definitiva, as mudanças estruturais necessárias e esperadas.

5.4 - CAUSAS DETERMINANTES DA INEFICÁCIA

Há inúmeras causas que levam à ineficácia da legislação limitando-lhe e até impedindo os efeitos desejados pelo legislador, reduzindo seu poder coercitivo sobre as ações negativas e os ilícitos legalmente expressos:

5.4.1 Causas Derivadas das Próprias Leis e de Sua Interpretação:

leis que têm textos ambíguos, incongruentes;

leis que defendem grupos ou interesses oligárquicos;

leis casuísticas e que ferem princípios constitucionais;

leis que deixam lacunas que podem servir a interpretações dúbias – especialmente quando crimes eleitorais (ou infrações e ilicitudes) não são tipificados ou definidos adequadamente (lei das inelegibilidades).

interpretação em desacordo com os princípios da Hermenêutica Jurídica. Aqui cabe o pensamento de Adriano Soares da Costa:

O texto normativo não se interpreta: se co-interpreta. É na vivência subjetiva do simbolismo jurídico que encontramos, em dialético processo de construção, a significação que é a norma jurídica²⁴.

5.4.2 Causas Derivadas do Sistema Político-Partidário:

Historicamente patrimonialista, permitindo que os eleitos, financiados pelos detentores dos meios de produção e de capital, sejam defensores dos seus interesses, tal sistema é deformado para garantir a permanência ou continuidade, no poder, daqueles que defenderão os interesses oligárquicos da elite econômica. O exemplo maior dessa prática é o alto investimento particular em campanhas

²⁴ COSTA, Adriano Soares. Instituições de Direito Eleitoral. 6. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

eleitorais, em que não há qualquer preocupação ideológica ou política, mas apenas econômico-financeira, de compromisso com os interesses dos financiadores.

Dentro da mesma perspectiva, em razão de pobreza ideológica, nosso sistema partidário é frágil e a fidelidade partidária é mínima. Ainda votamos romanticamente em “defensores dos fracos e oprimidos”, em “paladinos da democracia”, em “Robin Hoods” modernos, aos quais permitimos “roubar dos ricos” para “dar aos pobres”. Esta é a ótica que ajudou Fernando Collor de Melo e que tem ajudado Luiz Inácio Lula da Silva a conquistar grande parte do seu eleitorado, porque, estatisticamente, o número de eleitores filiados a partidos políticos no Brasil oscila em torno de 13% de todo o eleitorado nacional e, certamente, ninguém seria eleito apenas com os eleitores que têm filiação partidária.

Por predominar em nossa sociedade o personalismo político, frequentemente o sufrágio popular serve para validar grandes fraudes eleitorais.

5.4.3 Causas Derivadas do Desempenho do Sistema Judiciário Penal.

Pesquisas realizadas pelo Instituto Data Folha de São Paulo, divulgadas na rede nacional de informática, apresentaram um dado importante no período pré-eleitoral de 2006 – cerca de 18% do eleitorado pesquisado, em torno de 150% do percentual de filiados a partidos políticos no Brasil, pretendiam anular seus votos e 49% dos eleitores não votariam se a atividade eleitoral não fosse obrigatória. Essa pesquisa atingiu 24 estados, o Distrito Federal, 272 municípios e 6279 eleitores. Descontando-se as causas relacionadas à falta de interesse, própria do eleitor, a maioria imensa justificou sua atitude por grande decepção com a corrupção no meio político e principalmente com as flagrantes impunidade e manipulação da Justiça, promovidas pelos políticos que cometem atos ilegais²⁵.

Morosidade processual tem permitido a ineficácia do processo que termina por não atingir o réu, durante o exercício do seu mandato, e a reeleição garante, muitas vezes, foro privilegiado para o cidadão em julgamento (Maluf).

Dentro da Ordem dos Advogados do Brasil tem-se deflagrado movimento nacional para combate à corrupção e um dos aspectos salientados é a

²⁵ RODRIGUES, Fernando. 18% do Eleitorado Pretende Anular o Voto para Deputado. Folha on Lina. 27/08/2006. Disponível em <http://www.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u82027.shtml>. Acesso em 30/10/2006.

desvinculação dos juízes, promotores, etc, do poder executivo, extinguindo a possibilidade de nomeações, que conspira contra a isenção do judiciário.

O ex-ministro do TSE, Edson Vidigal, fez em sua despedida, uma sugestão para Reforma da Justiça Eleitoral tendo em vista a alta relevância dessa instituição, em descompasso com seu formato, já superando os 50 anos, que não atende mais às novas responsabilidades constitucionais. Propõe, ainda, nova composição, nova sistemática e nova representação para Tribunais Eleitorais garantindo maior celeridade processual, maior transparência e efetivo controle social, reduzindo ao mínimo possível, as ocorrências de fraude e corrupção.

5.4.4 Causas Derivadas da Corrupção Político-Eleitoral.

Nestas situaríamos os diferentes abusos do poder político, do poder econômico, das influências dos poderes sociais instituídos – manipulação e tráfico de influências. Aqui, inclui-se a mais difundida de todas as causas – as negociações utilizando o voto, quer como instrumento de manipulação, quer como moeda eleitoral corrente, principalmente a chamada “compra de votos”. Enquadram-se, ainda, nesta classificação o voto imposto, o voto negociado e o voto obrigatório – formas, por vezes camufladas, de corrupção eleitoral.

Outras práticas corruptas de manipulação de poder são o “coronelismo”, o “clientelismo” (que pode ser dividido em “nepotismo” e “oligarquismo”) e o “assistencialismo”, já mencionados.

É neste passo que são encontrados os maiores contingentes de fraudes e crimes eleitorais e onde se faz menos eficaz a aplicação da lei.

Eleitores brasileiros respondendo a pesquisas realizadas em 2006 admitem corrupção pessoal como a prática de atos na vida diária tais como escapar de multas mediante suborno, sonegar impostos, falsificar documentos, fazer ligações clandestinas (água, energia, TV a cabo) ou comprar produtos piratas. Admitem também que se estivessem em posições de governo, ajudariam seus familiares e amigos. As ações ilícitas mais enumeradas por este último grupo foram:

- contratar empresas de familiares sem licitação pública;
- contratar familiares sem concurso público.
- pagar despesas pessoais com dinheiro público;
- aproveitar viagens oficiais, para o lazer pessoal e de familiares;

- fazer caixa-dois para garantir a campanha eleitoral vindoura.

É sabido que muitos candidatos se utilizam de cabos eleitorais, os quais recrutam eleitores para trabalhar na divulgação do nome desses candidatos, recebendo dinheiro, inclusive e mais intensamente no dia da Eleição. Seus comitês organizados funcionam, muitas vezes, como escritórios de assistência social e muitos se utilizam da máquina pública e recursos públicos para oferecer consultas, cirurgias, medicamentos, exames, tratamentos, óculos, dentaduras, passagens, viagens e até mesmo dinheiro vivo, para atendimento do eleitorado e para garantir sucesso na campanha.

Em outras ocasiões, maquinário público atua abrindo estradas, fazendo represas, tombando terras, fazendo mudanças, tudo para garantir o retorno esperado – o voto.

Secretarias municipais com toda sua estrutura são colocadas a serviço de candidatos e a participação do eleitor nesse tipo de corrupção dificulta sua identificação e denúncia, impedindo ação legal da Justiça.

Faltaria espaço para abordagem de outras ilicitudes como: chefias e lideranças que impõem suas escolhas aos liderados; pressão política e econômica sobre funcionários municipais, estaduais e federais; promessas variadas de empregos, bolsas de estudo, cargos públicos, material de construção, etc.

A Revista Exame, de 20 de julho de 2005, publicou uma pesquisa que dá uma idéia aproximada do elevado custo da corrupção:

- O custo anual da corrupção é de cerca de 380 bilhões de dólares (mais recentemente, outra pesquisa fala em cerca de um trilhão de dólares/ano)
- 21% das empresas aceitam pagamento de suborno para conseguir favores
- 25% das companhias gastam até 10% de suas receitas com suborno
- 70% das empresas gastam até 3% do faturamento anual com propinas.
- 96% dizem que a corrupção é um importante obstáculo para o desenvolvimento

Entretanto a corrupção mais severa se localiza, hoje, nos municípios por causa da tendência à centralização da arrecadação e onde mecanismos constitucionais de controle praticamente não funcionam.

Nos últimos anos “rombos” que chegaram aos três bilhões de reais foram detectados envolvendo cerca de 800 prefeituras. 352 cidades brasileiras gastam

mais com suas câmaras de vereadores (incluindo os edis) do que com saúde e saneamento. Das verbas distribuídas aos municípios para a educação, incluindo salários de professores, 21% foram desviados. Em 897 cidades do país, os gastos legislativos locais são maiores que todo investimento em habitação e urbanismo no município. Estima-se que as eleições para vereadores, prefeitos e vice-prefeitos consumam recursos da ordem de 3 a 4 bilhões de reais. Em São Paulo, a eleição de um vereador terá custado, em média, 2,5 milhões de reais e esse custo é proporcionalmente maior quanto menor é o município²⁶.

5.4.5 Causas Derivadas do “Marketing Eleitoral”.

Artigo extenso, de 1º/05/2007, assinado por Cid Pacheco, com o título de Fundamentos do *Marketing* Eleitoral, desmistifica muitas noções erradas sobre esta matéria, estabelecendo diferentes conceitos e separando *marketing* e propaganda, o candidato da instituição e *marketing* político partidário da publicidade eleitoral²⁷.

Desse material é possível extrair algumas conclusões importantes para o universo eleitoral e que, por serem de difícil constatação, podem se constituir causas de ineficácia da legislação eleitoral.

- A eleição é um “processo oligopolítico”; ela é um processo de venda da imagem de um candidato, um momento específico de “venda de um produto” que deve ser aproveitado exatamente naquele instante.

- O *marketing* eleitoral focaliza sua atenção e atividade, não na política, mas no eleitor (consumidor).

- O eleitor médio vota em pessoas, não em partidos ou idéias.

- O eleitor é essencialmente pragmático e não politizado. Para ele o fato político situa-se quase sempre abaixo dos 5% de interesse do eleitorado.

- num país em que 80% da população está na zona urbana e 80% é constituída pelos segmentos médio e pobres (classes C, D e E), a eleição deve ser urbana e popular;

- para a maioria dos eleitores, o lado ideológico tem muito pouco valor eleitoral; o lado político é importante – pragmático, clientelista e fisiológico; o lado

²⁶ VIDIGAL, Edson Carvalho. Discurso de Despedida do TSE. – Uma Outra Justiça Eleitoral, Porque Não? 20/06/2000. Disponível em <http://boljur.stj.gov.br/dspace/bitstream>. Acesso em 25/08/2007.

²⁷ PACHECO, Cid. Fundamentos de Marketing Eleitoral. Portal do Marketing. Mai. 2007. Disponível em <http://www.portaldomarketing.com.br/Artigos/Fundamentos>. Acesso em 21/08/2007.

eleitoral é o mais importante e decisivo - porque o nosso sistema é de voto obrigatório – e se caracteriza por sua absoluta imprevisibilidade. É impulsivo, francamente irracional e, frequentemente, lúdico.

A importância do *marketing* se fundamenta principalmente em importantes evidências. Pesquisas e estudos continentais, citados no artigo referido, demonstraram que o eleitor ideologicamente condicionado contribui, numa eleição típica, com cerca de 10 a 15% dos votos. O eleitor politicamente orientado participa com cerca de 20 a 30% dos votos. Pode-se dizer então que, cerca de 50% a 60% do eleitorado poderá ser trazido às urnas por uma eficaz atividade de *marketing*, por uma propaganda eleitoral pura e pouco politizada. Esses cerca de 50% a 60% que não têm qualquer motivação política, ideológica ou partidária para as urnas, são os que são susceptíveis à influência publicitária e que estarão mais expostos à corrupção e às fraudes. É sobre eles que os especialistas em publicidade e *marketing* atuam e é esse contingente que pode definir uma eleição.

Nem sempre uma eleição é ganha pelo candidato melhor preparado, exatamente por que muitos outros fatores, mais influentes para a visibilidade pública do político, interferem na ação de escolha do eleitor e esta interferência pode ser publicitariamente manipulada. Viu-se essa realidade ocorrer em eleições passadas

6. CONSEQÜÊNCIAS DA INEFICÁCIA DA LEGISLAÇÃO ELEITORAL NA VIDA DO PAÍS

6.1 VOTO CERTO

Antes de qualquer consideração é necessário avaliar o que significa “voto certo”. Ética e politicamente falando, deveria significar a escolha do candidato melhor capacitado para o exercício do mandato, supondo serem suas características: integridade moral, visão administrativa e conhecimento da “coisa pública”.

Entretanto, na prática político-eleitoral, o voto certo é, na grande maioria das vezes, o voto ganhador. O voto útil – aquele que o eleitor considera o melhor para si e para a sociedade, fica em segundo plano.

Nesta faixa de população, a divulgação das pesquisas de opinião exerce influência significativa, podendo induzir à mudança de candidato por causa do voto certo. Quanto maior a credibilidade da pesquisa, maior o efeito da divulgação e maior sua influência na escolha. Um número expressivo de eleitores vota para “não perder o voto”, escolhendo o melhor colocado nas pesquisas. Portanto, as pesquisas não são neutras. São vulneráveis à manipulação, podendo servir a partidos, candidatos, ideologias ou à manutenção de oligarquias no poder.

6.2 CONSEQÜÊNCIAS DA INEFICIÊNCIA/ILEGALIDADE DO PROCESSO ELEITORAL

Voltando às conseqüências da ilegalidade eleitoral, as mais diretas são:

- Impunidade – que é o maior prêmio para quem pratica ilicitudes e crimes eleitorais, sem sofrer qualquer sanção;

- Estímulo à persistir na prática da corrupção, induzindo outros à mesma ação,
- Desvios de recursos dos seus respectivos fins e malversação do dinheiro público, em prejuízo das classes menos favorecidas.
- Estímulo à alienação do cidadão médio, que avalia a política como um meio de absoluta podridão moral.
- Manutenção e alternância de grupos oligárquicos no governo, exercendo fisiologismos e associando-se no desfrute criminoso e desmanche do Estado.
- Aumento da pobreza, da violência, da exclusão social pela absoluta falta de combate às causas estruturais dos problemas nacionais e o tratamento apenas sintomático desses agravos.
- Manipulação e maquiagem de resultados das ações governamentais, dando a impressão de que está havendo melhorias no país, estado, município.
- Desacreditamento das autoridades constituídas e facilitação do surgimento de regimes totalitários (ver América Latina).
- Decisões da Justiça Eleitoral priorizando interesses partidários e individuais em detrimento dos direitos da sociedade.
- Abusos e ilegalidades como caminho aberto para o exercício de influências, visando o benefício particular. Os mandatários não se lembram que o mandato pertence ao povo, mesmo e principalmente após a eleição.

7. SITUAÇÃO EM CACOAL

Pesquisa informal realizada durante os anos 2004 a 2006 em que foram ouvidas mais de 1000 pessoas, atendidas na Fundação Assistencial Batista de Ensino e Misericórdia, mostrou que, no município de Cacoal, temos situações muito semelhantes às que ocorrem, em todo país²⁸.

7.1 EM RELAÇÃO AO INTERESSE DAS PESSOAS EM PARTICIPAR DE ATIVIDADE POLÍTICO PARTIDÁRIA:

- acima de 70% consideram tal atividade necessária para a vida da sociedade.
- menos de 10% gostaria de participar dela – idéia de que política é necessária, mas para os outros.
- acima de 80% acham que essa é uma atividade essencialmente corrupta.
- menos de 20% - acham que existam pessoas honestas na atividade político partidária (idéia de que a política corrompe).
- cerca de 65% não acreditam que essa prática política pode trazer qualquer influência ou benefício para sua vida. (em contraste com o percentual dos que acham tal atividade necessária). A idéia é que a coisa pública deve ser administrada, mas que a administração pública não alterará em nada o “modus vivendi” do cidadão, que deve buscar seus interesses por si mesmo, sem esperar pelas autoridades – (descrença das administrações).

²⁸ Enquete informal, obtida a partir de entrevistas em atendimentos ambulatoriais. (FASBEM, INSS, HSP).

7.2 EM RELAÇÃO À SIMPATIA PARTIDÁRIA E VOTO:

- cerca de 20% escolhem candidatos de alguns partidos, rejeitando outros – (idéia de bom candidato e de bom partido).
- cerca de 30% não tem qualquer afinidade por qualquer partido, rejeitando com mais intensidade os candidatos de esquerda – (estes escolhem candidatos).
- cerca de 50% - não escolhem candidato ou partido, senão próximo ao dia da eleição (o “voto certo”).

7.3 EM RELAÇÃO AO PROCESSO ELEITORAL:

- cerca de 45% jamais votariam se o voto não fosse obrigatório.
- acima de 65% não compreendem o sistema eleitoral, os coeficientes eleitorais, as legendas. Muito poucos são os que entendem. Poucos os que têm noção do que significa.
- cerca de 75% não sabem bem qual é a função do vereador, do deputado, do senador.
- cerca de 35% acham que a atuação dos políticos pode ser classificada como boa ou regular, enquanto que 65% a classificam como ruim ou péssima.

Esta enquete, feita de modo informal, sem dar a impressão de entrevista e sem a preocupação com tempo e com a quantidade de pessoas, prestou-se a trazer uma noção da consciência de cidadania da população do município de Cacoal (e região circunvizinha). Trata-se de uma amostragem significativa, com a predominância de adultos entre 30 e 60 anos, idosos e jovens em menor escala, com escolaridade variável desde analfabetos até pessoas com terceiro grau completo, predominando os menos escolarizados (até 1º grau completo). Quanto a classe social também o espectro é amplo, atingindo pessoas de todos os níveis, predominando, não significativamente, as classes C e D.

Entre os fatos que são destacados é de se atentar para o grau de apatia eleitoral representado por 45% (os que não votariam se o voto não fosse

obrigatório). Segundo grande parte dos autores, este fato reflete o desgaste progressivo e a falência da democracia representativa, ocorridos exatamente em consequência da ilegitimidade da representação e falta de representatividade dos eleitos.

Esse fenômeno deixa claro que um processo eleitoral, mesmo quando o comparecimento às urnas é expressivo, pode carecer de legitimidade e não ser representativo.

8. MOTIVAÇÃO PARA O VOTO

8.1 PERSONALIZAÇÃO DO VOTO

Outra questão investigada durante essa enquete foi a motivação do eleitor na escolha do seu candidato. Os resultados mostraram um pequeno percentual que se preocupa com a representação partidária (cerca de 15%) e cerca de 60% que não têm preferência partidária. Entretanto o fenômeno mais evidente é a chamada personalização do voto – quando o que motiva a escolha do candidato se fundamenta em:

- simpatia pessoal
- conhecimento pessoal do candidato.
- qualidades pessoais do candidato – honestidade, ética, humildade, acessibilidade
- trabalho desenvolvido pelo candidato na sua vida ou comunidade.
- voto por solicitação de amigos.
- por favores pessoais prestados pelo candidato, ao eleitor, familiares ou vizinhos.
- por pedido direto do próprio candidato (nestes casos não se leva em conta a filiação partidária do candidato).

Contudo, é bom levar em consideração que o número de pessoas que avocam outras razões para votar é significativo.

- ajuda financeira expressa em consultas, medicamentos, exames, passagens, cestas básicas, material de construção, etc.
- promessas de emprego, aposentadoria, aquisição de terrenos, etc.
- por “compra” do voto – oferta em dinheiro do candidato ou seu representante.

- por “venda” do voto – por iniciativa do eleitor.

8.2 POLÍTICA DOS CABOS ELEITORAIS E DITADURA MIDIÁTICA

Há ainda duas outras situações que têm ocorrido e que têm uma importância crescente, por ser metodologia fraudulenta capaz de definir a colocação de candidatos nas eleições municipais, incluindo ou excluindo-os da disputa.

- Uso de extensa rede de “cabos eleitorais” assalariados, juntamente com “acessores” que oferecem “ajuda financeira” a pessoas “necessitadas”, induzindo-as a votar no candidato representado por eles. (esta é uma situação de claro abuso do poder econômico, podendo configurar também compra de votos).

- Presença ostensiva na mídia – principalmente na televisão – com a manipulação publicitária, às vezes demagógica e populista. Neste caso ocorre a utilização indevida dos meios de comunicação – o “quarto poder” – cuja influência no processo eleitoral é cada vez mais decisiva, merecendo rigoroso controle para que não ocorra a chamada “ditadura da mídia”. Coincidentemente, as duas últimas situações descritas, já ocorreram em pleitos eleitorais em Cacoal, contribuindo para a eleição de candidatos a vereador.

A legislação procurou evitar, de todas as formas, que as programações das emissoras de rádio e televisão fossem utilizadas como instrumento de interferência no processo eleitoral, tendo em vista a grande influência desses meios de comunicação.

Questão de relevância é a que pretende deixar de fora dos limites da lei as emissoras comunitárias, regulamentadas por legislação especial e, portanto, não sujeitas à Lei Eleitoral. Esta posição não pode ser alegada como garantia de funcionamento, por ofender dispositivo da LEI ELEITORAL. Com base no art. 12, § 2º do CPC, podem tais meios de comunicação ser legitimamente demandados.

Cumpra ainda discutir, dentro das evidências levantadas que demonstram que a atual legislação tem sido ineficaz na garantia da legitimidade e representatividade democráticas que, ao lado de mudanças da legislação, de reformas na Justiça Eleitoral e garantias de efetividade das penalizações dos infratores para que não haja impunidade, é preciso considerar as responsabilidades do cidadão e da sociedade nesse processo.

8.3 EFEITO DA IMPUNIDADE

Segundo Edson Vidigal “precisamos de um Direito Eleitoral mais simples, alcançável por todos, sem os campos minados para assegurar o direito da igualdade entre as partes, mas que, no âmbito eleitoral, tem se prestado mais a proteger as espertezas, beneficiando os que, mediante a fraude ou abuso de poder, pregam que em eleição vale tudo e que feio mesmo, é perder.

Tudo que prejudica os valores maiores – normalidade e legitimidade das eleições – tem repercussão negativa na governabilidade. “Afeta terrivelmente a credibilidade de uma engrenagem de poder como a de nosso País, responsável diretamente pela vida de 170 milhões de pessoas, das quais 106 milhões com direito a voto nas eleições”. (Edson Vidigal – Discurso de despedida do TSE em 20/06/2000)²⁹.

Desde então o que tivemos de mudanças no que tange a legislação eleitoral foi:

- Resolução TSE – 20958/2007 – que traz instruções que regulam a investidura e o exercício dos membros dos tribunais eleitorais e o término dos respectivos mandatos.
- Resolução TSE – 21009/2002 – que estabelece normas relativas ao exercício da jurisdição em primeiro grau.

Para Caramuru Afonso Francisco a legislação tem pontos vagos, omissões e lacunas que dão oportunidades a interpretações diversas, resultando muitas vezes em concessões ilegais de benefícios e impunidade dos infratores. Assim ele se expressa:

Como podemos observar, também em matéria processual, temos uma vaguidão e uma incerteza que, lamentavelmente, caracterizam a normatização da matéria em nossa ordem jurídica, que tem sido um grande estímulo e incentivo para que haja total ineficácia das normas de Direito Eleitoral, ainda que seu propósito e o espírito do constituinte tenham sido, bem ao contrário, o de criar mecanismos plenamente eficazes para que a democracia seja uma realidade entre nós. Urge, pois, que nossos legisladores, o quanto antes, procedam a uma profunda reforma na legislação eleitoral numa lei ordinária que consolide todos os parâmetros necessários à normalidade e legitimidade das eleições, fixando, com clareza, os limites e os institutos relacionados a

²⁹ VIDIGAL, Edson Carvalho. Discurso de Despedida do TSE. – Uma Outra Justiça Eleitoral, Porque Não? 20/06/2000. Disponível em <http://boljur.stj.gov.br/dspace/bitstream>. Acesso em 25/08/2007.

este assunto, bem assim que estabeleça a forma pela qual se fará o processo de apuração das mencionadas transgressões o que, sem dúvida, contribuirá, decisivamente, para que se tenha um instrumento plenamente eficaz para combater as distorções hoje existentes e que constituem no maior mal por que passa nosso país, pois todas as mazelas que têm nos afligido, nascem, indubitavelmente, da permissividade de nossa legislação no combate ao abuso do poder econômico e político, permissividade esta que é extremamente alargada pela excessiva timidez e verdadeira omissão que tem reinado em nossas cortes eleitorais³⁰.

Outras mudanças se seguiram:

- Resolução TSE – 21372/2003 – que estabelece rotina para realização de correções nas zonas eleitorais.
- Resolução TSE – 21461/2003 – que dispõe sobre encaminhamento de lista tríplice organizada pelo Tribunal de Justiça do TSE e altera o formulário modelo 2.
- Resolução TSE – 21538/2007 – que dispõe sobre alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, regularização de situação de eleitor, administração e manutenção do cadastro eleitoral, revisão do eleitorado e da fiscalização dos partidos políticos.
- Resolução TSE – 21574/2003 – que dispõe sobre o sistema de filiação partidária e dá outras providências.
- Resolução TSE – 21702/2004 – que traz instruções sobre o número de vereadores a eleger segundo a população de cada município.
- Resolução TSE – 21841/2004 – que disciplina a prestação de contas dos partidos políticos e a tomada de contas especial.
- Resolução TSE – 21920/2004 – que dispõe sobre alistamento eleitoral e o voto dos cidadãos portadores de deficiências cuja natureza e situação impossibilitem ou tornem extremamente oneroso o exercício de suas obrigações eleitorais.
- Resolução TSE – 21975/2004 – que disciplina o recolhimento e a cobrança das multas previstas no Código Eleitoral e leis conexas e a distribuição do fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos.
- Decreto 5331 de 04/01/2005 – que regulamenta o parágrafo único do artigo 52, de Lei 9096 de 19/09/1995 e art. 99 da Lei 9504 de 30 de Setembro de 1997, para efeitos de compensação fiscal pela divulgação gratuita de propaganda partidária ou eleitoral.

³⁰ FRANCISCO, Caramuru Afonso. Dos Abusos nas Eleições – A Tutela Jurídica da Legitimidade e Normalidade do Processo Eleitoral. São Paulo: Juarez de Oliveira 2002.

- Resolução TSE – 21991/2005 – que estabeleceu prazos para execução de procedimentos relativos ao cancelamento de inscrições que deixaram de votar nas três últimas eleições consecutivas.

- Instrução normativa conjunta – SRF/TSE 609 (10/01/2006) – Dispõe sobre atos perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), dos comitês financeiros de partidos políticos e de candidatos a cargos eletivos.

- Portaria conjunta SRF/TSE – 74 (10/01/2006) – Dispõe sobre o intercâmbio de informações entre o TSE e a Secretaria da Receita Federal e dá outras providências.

- Resolução TSE – 22205/2006 – regulamenta a Lei 11.300 de 10 de maio de 2006, que dispõe sobre a propaganda, financiamento e prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alternando a Lei 9504 de 30/09/2007.

- Lei 11.300/2006 – Dispõe sobre a propaganda, financiamento, prestação de contas das despesas com campanhas eleitorais, alterando a lei 9.504/2007.

Marcos Ramayana, comentando a lei 11.300 de 10 de maio de 2006, diz:

Na verdade o Congresso Nacional votou a denominada Reforma Eleitoral, sem realmente alterar artigos e sistemas processuais de real importância para o aperfeiçoamento da legislação eleitoral e da democracia. Trata-se de uma singela modificação que possui normas de contenção de despesas e gastos eleitorais, mas que não resolvem as graves e conhecidas práticas dos abusos do poder econômico, político e a captação de sufrágios, mas apenas as amenizam em reduzido campo de incidência³¹.

Critica ainda o fato de que “dentre as novas regras eleitorais se situam, inclusive, vedações às pesquisas e ao direito de informação do eleitor nas campanhas eleitorais”³², e discorda da posição do TSE em não respeitar integralmente o princípio de anualidade eleitoral permitindo viger “normas formais” da Lei 11.300, que tratam dos doadores de campanhas, crimes eleitorais, propagandas política e eleitoral e processo em sentido restrito. Vale dizer – normas de efeitos jurídicos, correlatos ao sistema de representação por abuso de poder econômico, político e captação ilícita de sufrágio.

³¹ RAMAYANA, Marcos. Código Eleitoral Comentado. 3. ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2006.

³² IDEM

8.4 REFORMA ELEITORAL E IMPUNIDADE

Algumas inovações da lei:

- consagrou a responsabilidade solidária entre o candidato e o administrador financeiro da campanha.
- determinou o registro contábil obrigatório e conta bancária específica para os recursos de campanha e toda sua movimentação financeira.
- estabeleceu que o recebimento de recursos deve ser feito por meio de documentação que permita identificar a fonte doadora.
- disciplinou o recebimento de dinheiro de entidades diversas (governamentais, utilidade pública, religiosas, sindicais, de interesse público) bem como doação de pessoas físicas e jurídicas.
- delimitou e nomeou os gastos eleitorais permitidos.
- criou a possibilidade de fiscalização popular.
- acrescentou novo efeito na ação de investigação judicial eleitoral ou representação por abuso do poder econômico ou político.
- proibiu a veiculação de propaganda de qualquer natureza ou forma e regulou o uso de aparelhos de som, outdoors, showmícios, etc.
- proibiu o uso da mídia (rádio e TV) a partir de 1º de julho do ano eleitoral, impedindo o abuso do poder econômico.
- vedou a distribuição gratuita de quaisquer bens pela administração pública, no ano eleitoral.

Outros autores, preocupados com abusos do poder econômico e de poder político, entendem que a Justiça Eleitoral dever ser mais incisiva, sob pena de inocuidade da lei. O problema se reveste de magnitude significativa em razão da degeneração conseqüente das condutas na captação ilícita de sufrágio – ou compra de votos – e suas diversas modalidades.

Estatísticas nacionais (Transparência Brasil) têm mencionado que 9 a 11% do eleitorado receberam proposta para venda de votos (por dinheiro). Edson Vidigal menciona que “a corrupção mais audaciosa se esconde hoje nos municípios onde estão as grandes fatias da arrecadação nacional e onde os mecanismos de controle da legalidade e de defesa da moralidade, quando existem, são apenas formais” (ver p. 48 deste trabalho)

Considerando apenas as eleições municipais, em que o número de candidatos a prefeitos, vice-prefeitos e vereadores superou a casa de um milhão de pessoas, calcula-se que o volume de recursos movimentados tenha chegado a valores próximos dos R\$ 4 bilhões.

Em cidades grandes como São Paulo, considerando os gastos totais de uma campanha e o número de candidatos e eleitores, estima-se que cada vereador custará em média 2.5 milhões de reais. A relação custo voto se torna, proporcionalmente maior, quanto menor é o município e quanto maior o número de candidatos.

A forma da Justiça Eleitoral ainda em vigor, não se ajusta às novas responsabilidades constitucionais. É a Justiça Eleitoral que autentica, por meio da diplomação, os eleitos no processo eleitoral que é realizado sob sua autoridade.

Qualquer omissão no pleno exercício das tarefas ao seu mister implicará na diluição da legitimidade – fundamento indispensável ao funcionamento da república e à prática democrática. É consenso geral no meio jurídico a necessidade de consistente e profunda reforma da Justiça Eleitoral, inclusive pugnando por sua inteira independência.

A impunidade daqueles que, num processo eleitoral, são levados aos tribunais é uma realidade que anda lado a lado com as diferentes formas de corrupção e que revela as deficiências do processo penal eleitoral. Para Adriano Soares Costa “a legislação eleitoral foi positivada para não funcionar e para simplesmente não ter eficácia”.

Assim é que, mesmo quando o legislador limitou o uso de recursos financeiros, bem como disciplinou e legalizou os gastos e a procedência dos recursos, continuaram a ocorrer fraudes no financiamento das campanhas, estabelecimento de “caixas 2” e manutenção clara dos abusos do poder econômico e compra de votos.

Todos estes fatos aviltam o direito, corrompem a justiça e militam contra a legitimidade da representação popular democrática.

Segundo os dados publicados pelo jornal Folha de Londrina, em 06 de Setembro de 2007, sobre o último levantamento do TSE tornado público em 05 de setembro de 2007, o Brasil tem exatos 126.498.921 eleitores. A justiça eleitoral tem grave responsabilidade e dever legal de instrumentalizar o fortalecimento

democrático das nossas instituições eleitorais para a consecução plena dos anseios legítimos dessa grande população³³.

³³ Tribunal Superior Eleitoral. <http://www.tse.gov.br/internet/index/html>.

9 CONCLUSÃO

Na vigência de outro grave escândalo nacional que abala, ainda mais, a combalida credibilidade nas autoridades, nos institutos e nas instituições nacionais, caracterizados pela corrupção, abuso de poder, cerceamento de investigações, e um rosário sem fim de “pequenos” outros deslizes no seio do Senado Federal, qual deve ser a conclusão deste trabalho?

As múltiplas obras pesquisadas, as centenas de páginas lidas, as análises da realidade política diária, os diálogos mantidos com um número significativo de eleitores e a experiência compartilhada de especialistas e professores da política e do Direito Eleitoral revelam um quadro sombrio, em âmbito nacional.

No mundo globalizado em que o modelo econômico neoliberal se estabelece, não há mais limites, não há mais fronteiras.

A análise social que este estado de coisas permite realizar mostra uma equivalência de comportamentos e uma identidade motivacional entre as sociedades ocidentais que, mesmo considerando as diferenças sócio-culturais, são verificáveis também no Brasil. Em geral, as características medianas dos brasileiros, são semelhantes às características de outras nacionalidades, neste aspecto em estudo.

A descrença dos valores democráticos, ou melhor, a indiferença para com eles, a ponto de pessoas não se sentirem motivadas a fazer decisões entre regimes autoritários e democráticos, mostra o grau de desesperança, omissão e comodismo a que chegamos.

O mundo pós-moderno é o mundo do tirar proveito, do levar vantagem, do aqui e agora, do prazer imediato nem que seja fugaz, do ter, do consumir, do “primeiro eu”, do “não me interessa”. Pior do que isto é a impregnação mental pragmática que torna os fins mais importantes e determinantes na escolha dos meios de alcançá-los.

A atividade político-partidária-eleitoral é uma atividade humana por excelência e tudo que afeta o ser humano se reflete nela. Não é a corrupção política que torna a sociedade corrompida e corrompedora, mas é o ser humano cuja única perspectiva é seu único e egocêntrico bem estar, a qualquer preço, que, não aceitando qualquer padrão que não seja o seu próprio modo de pensar, se torna corrupto e corrompedor potencial dos outros.

Ainda que códigos de ética, estatutos religiosos e o ordenamento jurídico possam exercer algum tipo de cerceamento moral sobre as pessoas, enquanto o preceito não é plenamente assimilado e o princípio não se torna uma prática natural, voluntária e irrevogável na vida humana, tais ordenamentos não têm qualquer força para obrigar o indivíduo à obediência incondicional.

A postulação de campanhas nacionais de conscientização ética, princípios morais e desenvolvimento de cidadania serão sempre ações paliativas enquanto forem medidas externas, de fora para dentro. Poderão trazer algum resultado, mas sempre ficarão na dependência das circunstâncias.

Por isso o processo básico de transformação social começa dentro da própria família, onde é difícil atuar, mas continua imediatamente na escola onde é possível, necessário e urgente atuar politicamente. Se quisermos ter cidadãos verdadeiros precisamos formá-los. A escola deve se tornar (a sociedade deve buscar isso como prioridade) um centro de formação de cidadãos, que receba o melhor investimento social e econômico.

A família precisa ser assistida e orientada adequadamente e as escolas poderiam se prestar a assistir às famílias. Pais precisam aprender que eles são os primeiros professores de seus filhos e que a mais eficiente forma de ensinar é o exemplo,

Ao lado dessa reestruturação sócio-educacional há fatores que precisam sofrer mudanças:

- uma legislação consistente, única, clara, definida sem omissões e sem lacunas.
- uma lei processual que seja capaz de dar celeridade ao processo eleitoral, reduzindo as manobras procrastinadoras da ação processual.
- uma Justiça Eleitoral independente, autônoma, imparcial e justa.
- um sistema partidário com partidos fortes, que congreguem afiliados, que discutam os problemas da sociedade, que decidam democraticamente seus

problemas, que respeitem suas próprias decisões. Fóruns de cidadania e política social e não siglas disputando o poder ou servindo apenas de abrigo a marginais profissionais que vivem da atividade político partidária.

- uma imprensa livre mas equilibrada, verdadeira mas não sensacionalista, imparcial mas não acovardada, forte mas não agressiva, lúcida mas não apática, consciente de seu papel de informar, esclarecer, conscientizar, cobrar, mas sobretudo educar – formar cidadãos. A imprensa tem que entender seu papel como instrumento verdadeiro da democracia e da garantia dos direitos constitucionais.

- uma sociedade organizada e lutadora – que entenda que a constituição lhe garante direitos, mas lhe estabelece deveres, e que a consecução daquilo que é seu direito, deve ser um objetivo constante, uma luta diária fortalecida na prática das obrigações e cumprimento dos deveres. Associações, sindicatos, clubes de serviço, escolas e igrejas são espaços democráticos onde as necessidades coletivas devem ser discutidas, onde as decisões comunitárias devem ser tomadas e onde representantes legítimos são escolhidos para a representação popular.

- um controle social efetivo – poder/dever da sociedade organizada de participar democraticamente das decisões, planejamento e execução das ações administrativas e de leis de iniciativa popular. A cidadania amadurecida - consciência do papel individual e coletivo do cidadão – que o leva à convivência social democrática e ao entendimento que ser cidadão não é uma opção, mas uma profissão de fé, um modo de viver responsavelmente, cumprindo seu papel na realização do bem comum. O controle social efetivo se completa num constante e vigilante acompanhamento dos representantes eleitos, os quais devem ser estimulados a prestar contas de seu mandato representativo e de todos os atos dele decorrentes.

O voto consciente é o principal instrumento individual de defesa e manifestação da cidadania. O engajamento político na sociedade organizada é o principal instrumento coletivo de defesa e manifestação do controle social. Abster-se de votar por qualquer motivo, ou vender ou negociar o voto por qualquer moeda ou a qualquer preço, é ficar refém de políticos que não têm qualquer compromisso com os eleitores e muito menos com a sociedade.

Quem toma tais atitudes pode ter uma compensação pequena e fugaz, mas jamais poderá se queixar de que interesses legítimos, seus ou da comunidade, não estão sendo atendidos.

A legitimidade do processo democrático que garante o exercício da autoridade, pelo Estado, na pessoa dos eleitos, que representam o povo, só se concretiza quando cada cidadão em cada comunidade, por meio da utilização consciente dos espaços democráticos e da atividade de interação dialógica, juntamente com todos os outros, concluem pelo apoio eleitoral aos candidatos que melhor os representem na luta pelos seus direitos.

O melhor representante há de ser alguém que conheça, se identifique, participe, defenda e ame essa comunidade. Este poderá ser escolhido para representá-la. Este tem representatividade democrática.

Em Cacoal, fragmento da sociedade nacional, mesmo considerando suas peculiaridades, ocorrem problemas semelhantes. A população politicamente engajada é, proporcionalmente, pequena e a desmotivação política, a decepção com os acontecimentos, gerais e locais, é grande.

Nos dados que foram colhidos durante a pesquisa, encontramos percentuais com pequenas variações em relação às estatísticas nacionais.

Aqui, como em outras terras, há maus cidadãos e maus políticos. Há também corruptores e corruptos. Há os que buscam os seus próprios interesses (políticos e eleitores) e há os que buscam o crescimento da sociedade (políticos e eleitores). Este número, o dos que querem o desenvolvimento coletivo é, infelizmente, menor.

Os maus políticos estão errados. Os maus cidadãos também. Para os maus políticos, somente uma punição exemplar poderia reduzir parcialmente os prejuízos causados à sociedade. Pode ser que a Justiça não faça isso, mas um eleitorado consciente poderia cassá-los democraticamente.

Para os maus cidadãos basta a autopunição de estarem ilegitimamente representados e sem efetiva representatividade parlamentar. Mas para estes cidadãos ainda há uma oportunidade: participar da vida da comunidade dando sua contribuição como cidadão de bem, que rejeita a prática da corrupção.

Para todos nós resta muito trabalho. O trabalho de exercer, cada dia, nossa cidadania e de lutar intensamente para construir, formar, educar outros cidadãos.

Haveria alguma recompensa?

Pode ser que um dia venhamos a ter uma sociedade livre, justa, e solidária. Uma sociedade cidadã.

Se não acontecer, terá valido a pena tentar.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Cláudio Weber. **Corrupção em Municípios, Compra de Votos nas Eleições de 2004**. Transparência Brasil, Segunda Pesquisa. São Paulo. 2004. Disponível em: <http://www.org.br/docs/compravotos2002.pdf>
Acesso em 20/07/2007

ALBUQUERQUE JUNIOR, Bento Costa de Lima Leite/ MIRANDA, Márcio Mota. **Democracia, Liberalismo e Socialismo**. Artigo NET. Disponível em: <http://www.achegas.net/número/cinco/bentoemárcio.htm>
Acesso em 25/10/2006.

AMANTINO, Antônio Kurtz. **Democracia: A Concepção de Schumpeter**. Rev. Teoria e Evidência Econômica. vo5.nº10, mai 1998. Disponível em: <http://serv.capes.gov.br/arquivos>
Acesso em 09/2007.

AMB – ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS BRASILEIROS. **Não Há representação Política no Poder Legal**. Disponível em: <http://www.amb.com.br/portal/index/asp?seção.Art>
Acesso: 21/07/2007.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A Política Como Profissão**. Revista Espaço Acadêmico nº40, set. 2004. Disponível em: <http://www.espaçoacademiico.com.br/040/40.andrioli.htm>
Acesso em 28/07/2007.

ANJOS, Wilson Pedro dos. **O Sufrágio, a Soberania Popular, o Voto e Seus Efeitos Sociais**. 2006. Disponível em: <http://www.tre-ms.gov.br/notícias/notícia.1030.html>
Acesso em 27/08/2007.

APRENDE BRASIL. **Origem e Custo da Corrupção**. 2006. Disponível em: <http://www.aprendebrasil.com.br/reportagens/corrupção/origemecusto>
Acesso em 11/08/2007.

_____, **O Brasil no Ranking da Corrupção 2005**. Disponível em mesmo site anterior. Acesso em 11/08/2007.

BANDEIRA de MELLO, Celso Antônio . Entrevista dada à Revista do IDEC – **Controlar o Estado**. Revista do IDEC, nº 77, mai. 2004. Disponível em: <http://www.idec.org.br/reventrevista.asp>
Acesso em 12/07/2007.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e das Penas**. São Paulo.Martin Claret.2003.

BECKER, Gustavo/ TELLES, Octavio Mendonça. **Código Eleitoral Anotado e Manualizado**. Brasília: Brasília Jurídica,1998.

BENOIT, Hector. As **Eleições no Brasil: da Crise dos Partidos aos Comitês pelo Voto Nulo**. set. 2006. Disponível em:
<http://www.wsws.org/pt/2006/sep.2006/port.html>
Acesso em 04/08/2007.

BLOTTA, Vítor Souza Lima. **Cidadania e Direito – O Problema da Apatia Política**. Andhep. Jul. 2007. Disponível em:
<http://www.andhep.org.br/content/view/23/56/>
Acesso em 29/07/2007.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. 10. ed.Brasília. UnB,1999.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10. ed. São Paulo. Malheiros,2003.

-----**Teoria Constitucional da Democracia Participativa**.7ª.ed.São Paulo.Malheiros.2001.

BRANDÃO, Assis. **Bobbio na História das Idéias Democráticas**. Lua Nova Revista de Cultura e Política nº 68. 2006. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>
Acesso em 07/09/2007.

BRASIL. **Jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral**. vol 4, nº 2, abr/jun1993.

_____,Constituição1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: 2003.

BRUNAZO FILHO, Amílcar. **O Risco Real da Fraude Eleitoral – Artigos de Domingo do Alerta Total**. Disponível em:
[http:// www.alertatotal.blogspot.com.br/2006/10/O.risco.rea.la.fraude.eleitoral.html](http://www.alertatotal.blogspot.com.br/2006/10/O.risco.rea.la.fraude.eleitoral.html)
 Acesso em 24/07/2007.

CÂNDIDO, Joel José. **Direito Eleitoral Brasileiro**. 11.ed. Bauru. Edipro, 2004.

CANTARINO, Carolina. **O Que os Brasileiros Pensam Sobre a Democracia**. Com Ciência. Campinas, jul. 2005. Disponível em:
<http://www.comciencia.br/reportagem/2005/07/04>
 Acesso em 28/08/07.

CARNEIRO, Renato César. Dissertação de Mestrado: Iniciativa Popular no Processo Legislativo Brasileiro. UFCE. 2001;

CARREIRÃO, Yan. **A Eleição Presidencial de 2002 – Análise Preliminar do Processo e dos Resultados Eleitorais**. Revista de Sociologia Política jun, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid.S0104>
 Acesso em 09/10/2006.

CERVI, Emerson Urizzi. **Comportamento Eleitoral Volátil e Reeleição**. As vitórias de Jaime Lerner no Paraná. Rev Sociolog Polit nº19, pp123-134. Curitiba 2002. Disponível em

COSTA, Homero. **Debilidade do Sistema Partidário e Crise de Representação Política no Brasil**. ago 2007. Disponível em:
http://www.uel.br/grupo_pesquisa_sepal
 Acesso em 20/08/ 2007.

COSTA, Adriano Soares. **Instituições de Direito Eleitoral**. 6.ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia – História e Grandes Temas**. 15.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

DAHL, Robert. **Poliarquia**. São Paulo: Edusp, 1999.

EMPRESA LIMPA. **O Papel das Empresas nas Eleições de 2006**. ago. 2006. Disponível em: <http://www.empresalimpa.org.br/artigos.aspx>
 Acesso em 28/07/2007.

-----, **Corrupção e Poder**. jun. 2005. Disponível em mesmo site anterior. Acesso em 07/07/2007.

-----, **Quanto a Corrupção Fatura por Minuto**. Revista EXAME 20/07/2005. Disponível em mesmo site anterior. Acesso em 20/07/2007.

_____, **As Causas Culturais e Estruturais da Corrupção**. set. 2005. Disponível em mesmo site anterior. Acesso em 27/07/2007.

FRANCISCO, Caramuru Afonso. **Dos Abusos nas Eleições – A Tutela Jurídica da Legitimidade e Normalidade do Processo Eleitoral**. São Paulo: Juarez de Oliveira 2002.

GASPARETTO, Agenor. **Divulgação de Pesquisas Eleitorais e Decisão do Eleitor**. Sócio-Estatística. Revista IMES, ano XII, nº 33, jan./abr 1995, pp 16-30. Disponível em: <http://www.socioestatistica.com.br/divulga.htm> Acesso em 21/10/2006.

GIORGION, Mariana. OAB: “**Pesquisas enganosas violentaram a livre manifestação do voto**”. Jogo Aberto.14/09/2006. Disponível em: <http://www.jogoaberto.com/IBOPE.htm> Acesso em 26/10/2006.

HERKENHOFF, João Batista. Para **Gostar do Direito = Carta de Iniciação para Gostar do Direito** 4.ed. Porto Alegre:Livraria do Advogado Editora, 2001

IBOPE. **Pesquisa Revela Controvérsia do Eleitor Brasileiro Sobre Corrupção Ética**. jan. 2006. Disponível em: <http://www.ibope.com.br/calandraweb/servlet/calandra/pedirect> Acesso em 29/07/2007.

----- Pesquisa Opinião: **Corrupção na Política – Eleitor: Vítima ou Cúmplice?** mar. 2006. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/uolnews/brasil> Acesso em 11/08/2007.

JOBIM, Nelson/PORTO, Walter Costa. **Legislação Eleitoral no Brasil – Do Século XVI a Nossos Dias**. 3 vol. Brasília: Senado Federal,1996.

JUNKES, Maria Bernadete/SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos Acadêmicos: A Facilidade em Desenvolvê-los**.D’pressEditora &Gráfica.Rolim de Moura,2007.

KADIMA, Denis K. **Os Pré-requisitos para um Processo Eleitoral Legítimo e Credível e a Criação de Parcerias Sociais**. Artigo Luanda – Angola, 31/10/2002. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf.files/bueros/angola/hosting>
Acesso em 07/08/2007.

KELSEN, Hans. **Teoria Pura do Direito – Introdução á Problemática do Direito**. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

MALUF, Sahid. **Teoria Geral do Estado**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MACHADO NETO, Francisco Edilberto M. **Reflexões Acerca do Liberalismo em Locke e Rousseau**. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/010/10neto.htm>
Acesso em 15/09/2007.

MASCARENHAS, Paulo. **Lei Eleitoral Comentada**. 7.ed. São Paulo: Cultura Jurídica, 2006.

MIGUEL, Luiz Felipe. **Mídia e Vínculo Eleitoral: a Literatura Internacional e o Caso Brasileiro**. Opinião Pública, vol 10, nº I, pp 91 a 111. Campinas, mai. 2004. Disponível em: <http://www.unirevista.unisinos.br/pdf>
Acesso em 25/05/2007.

MONTENEGRO, Raphael. **Abuso do Poder Econômico e Uso da Máquina Política Administrativa em Campanhas Eleitorais e Controle de Prestações de Custos**. Revista Paraná Eleitoral nº 63. jan, 2007. Disponível em: http://www.paranaeleitoral.gov.br/artigo_impreso.php?codtext=231
Acesso em 30/06/2007.

MOTA, Aroldo. **Direito Eleitoral na Constituição de 1988**. Fortaleza. SED. 1989.

PACHECO, Cid. **Fundamentos de Marketing Eleitoral**. Portal do Marketing mai. 2007. Disponível em <http://portaldomarketing.com.br/Artigos/Fundamentos>
Acesso em 21/08/2007.

QUEIROZ, Paulo. **Porque o Brasil Continuará Sendo um País Corrupto?** Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos. jul. 2007. Disponível em: http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content
Acesso em 11/08/2007.

RAMAYANA, Marcos. **Código Eleitoral Comentado**. 3.ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2006.

RIBEIRO, Renato Janine. **Democracia versus República – A Questão do Desejo nas Lutas Sociais**. Resenha do livro de Newton Bignoto. Belo Horizonte.UFMG, 2000. Disponível em:
<http://www.buscatextual.cnpq.br/buscatextual/vizualizacv/jsp.id.200,pp13-25>
 Acesso em 31/07/2007.

RIBEIRO, Pedro José Floriano. **Campanhas Eleitorais em Sociedades Midiáticas: Articulando e Revisando Conceitos**. Revista Sociologia Política, Curitiba nº 22, pp 25-43. jun.2004. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid>
 Acesso em 10/05/2007.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. **O Processo Eleitoral Como Instrumento Para Democracia. Tese Doutrina**, Resenha Eleitoral, mar. 1998. Disponível em:
<http://www.tre-sc.gov.br/sj/cjd/doutrinas/carmen.htm>
 Acesso em 21/10/2006.

RODRIGUES, Fernando. **18% do Eleitorado Pretende Anular o Voto Para Deputado**. Folha on Line.27/08/2006. Disponível em:
<http://www.folhauol.com.br//folha/brasil/ult96u82027.shtml>
 Acesso em 30/10/2006.

ROSA, Rodrigo. **A (I)Legitimidade da Representação**. Rev. Protesta nº 03/ abr. 2006. pp 26 a 28. Disponível em:
<http://www.editorafaisca/net> e <http://www.infos.ca/06/sep/anifor>
 Acesso em 30/10/2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo Martin Claret, 2003.

SÁ, Cláudia Rocha Fortes. Voto – **Direito de Ser Cidadão**. Paraná Eleitoral nº 32, abr. 1999. Disponível em:
http://www.paraná-eleitoral.gov.br/artigos_impresso.php?cod_texto
 Acesso em 28/08/2007.

SALGADO, Eneida Desiree. **Abuso do Poder Econômico e Financiamento das Campanhas Eleitorais**. Jus Navigandi. out. 2001. Disponível em:
<http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp>
 Acesso em 07/08/2007.

SALIBA, Carolina Muranaka. **A Relação Entre Direito e Justiça em Hans Kelsen**. Trabalho de Pos-Graduação.Unicamp. 19/10/2004. Disponível em:
<http://www.anpof.org.br/encontros/11/programa/XI>
 Acesso em 01/09/2007

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SOUZA, Arley Andrade de. **O Problema de Efetividade das Leis Eleitorais**. Boletim Jurídico, jun. 2007. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/impressao.asp>
Acesso em 27/07/2007.

SOUZA, Eliseu Fernandes de. **Escudo da Impunidade**. Consultor Jurídico set 2007. Disponível em: <http://www.conjur.estadao.com.br/ststic/text>
Acesso em 07/09/2007.

SOUZA, José Afonso de. **Constituinte e Regime Democrático, In “Poder Constituinte e Poder Popular”**. São Paulo. Malheiros. 2000.

TOCQUEVILLE, Aléxis de. **Textos Selecionados – Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

SPECK, Bruno Vilhelm. **A compra de Votos: Uma Aproximação Empírica**. Rev Opinião Pública, vol 9.nº1. Campinas. mai. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.php?script>
Acesso em 26/10/2006.

TAHAN, Lílían/ MARTINS, Paulo Mário. **Um País Onde o Voto é Mercadoria**. Conamp. Correio Brasiliense. mar. 2005. Disponível em: <http://www.conamp.org.br/04arquivos/clipping>
Acesso em 29/07/2007.

TESSER, Gelson João. **Ética e Educação: Uma Reflexão Filosófica a Partir da Teoria Crítica de Jürgen Habermas**. Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2001.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. <http://www.tse.gov.br/internet/index/html>

TÚLIO, Denise Vinci. **Crimes Eleitorais**. Paraná Eleitoral nº 30, out. 1998. Disponível em: http://www.paraná-eleitoral.gov.br/artigo_impresso.php?col
Acesso em 23/08/2007.

URBINATI, Nádía. **Que Torna a Representação Democrática? Democracia Representativa: Princípios e Genealogia**. São Paulo, Lua Nova, 2006. Síntese do Primeiro Capítulo – Rev. Apsa 67, pp 191-228. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n67/l07/n67.pdf>. Acesso em 15/07/2007

VALENTI, Giancarlo. Erário Eleitoral. **Voto Consciente**, dez. 2004. Disponível em: <http://www.votoconsciente.org.br/index.php?option=com.content&task>
Acesso em 28/07/2007.

VIDIGAL, Edson Carvalho. **Discurso de Despedida do TSE. - Uma Outra Justiça Eleitoral, Porque Não?** 20/06/2000. Disponível em: <http://boljur.stj.gov.br/dspace/bitstream>
Acesso em 25/08/2007.

IHERING, Rudolf Von. **A Luta pelo Direito**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

WEBER, Max. **Textos Seleccionados, em Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1985